



PSD p.11

Matos Rosa em Celorico da Beira:
"Há sinais encorajadores"



PSD p.13

Marco António Costa na sessão de
tomada de posse do líder do PSD
de Oeiras

POVO LIVRE



nº 1809

18 de Dezembro de 2013

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD



"Portugal tem condições para concluir com sucesso o programa de assistência"

O Primeiro-Ministro em entrevista a dois órgãos de comunicação social

Entrevista do Primeiro-Ministro

“Portugal tem condições para concluir com sucesso o programa de assistência”



O Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, afirmou que um eventual programa cautelar terá a duração de um ano, cabendo no mandato do actual Governo, e por isso não exigirá o apoio do PS.

Em entrevista à TVI e à TSF, Pedro Passos Coelho acrescentou, contudo, que o executivo PSD/CDS-PP procurará o envolver o PS num eventual programa cautelar. “Um programa cautelar, se vier a ser adoptado, tem a duração de um ano, o que cabe perfeitamente naquilo que é o mandato deste Governo e da maioria que o suporta, que vigorará até às próximas eleições legislativas, que ocorrerão, dentro das circunstâncias normais, que eu espero que se verifiquem, em Setembro de 2015”, afirmou.

“Ora, não há nenhuma razão, nessa medida, para que um programa que cabe dentro da execução do mandato do Governo tenha de ter como exigência o apoio do principal partido da oposição”, concluiu.

O Primeiro-Ministro considerou que, em qualquer caso, “é importante que possa existir sobre o futuro, sobre o médio e o longo prazo, um entendimento o mais alargado possível entre as principais forças políticas que têm vocação de Governo”, acrescentando: “Nessa medida, nós nunca deixaremos de procurar o envolvimento do PS de modo a garantir que qualquer programa que vier a ser realizado, se vier a ser realizado, resulte de um entendimento tão alargado quanto possível”.

Interrogado se Portugal não precisará de um segundo resgate financeiro, o primeiro-ministro respondeu que nos últimos dois anos e meio foi construído “um

resultado que dispensa um segundo programa”.

Passos Coelho considerou que Portugal tem “todas as condições para poder concluir com sucesso este programa de assistência”, mas que é cedo para saber se sairá do actual programa “sem qualquer tipo de ajuda ou com algum tipo de ajuda”.

“As duas coisas são possíveis e eu não vou eliminar nenhuma delas hoje”, disse.

O primeiro-ministro rejeitou “estigmatizar” um “programa de ajuda cautelar, quer dizer, que funcione como uma espécie de mecanismo de seguro que pode ser utilizado ou não em função de circunstâncias externas”.

“Se for um programa cautelar, isso corresponde a fechar com sucesso o programa e a defender os interesses nacionais”, defendeu.

Passos Coelho argumentou que só o facto de se discutir se Portugal deve ter ou não um programa cautelar “mostra evidentemente que o clima que se respira hoje no País é muito diferente daquele que se vivia ainda há seis meses”.

“Qualquer das possibilidades deverá corresponder a uma avaliação rigorosa do que é que pode ser melhor para o interesse do país”, acrescentou.

De acordo com o chefe do executivo PSD/CDS-PP, o Governo não está neste momento a negociar a possibilidade de um programa cautelar, “mas é muito provável que nos meses subsequentes comece a haver alguma interacção quer com a ‘troika’ quer sobretudo com o Eurogrupo e com o Ecofin”.

“As expectativas estão todas alinhadas para que nós possamos fechar favoravelmente o programa e sair da assistência económica e financeira, com mais ajuda ou menos ajuda, com mais protecção ou menos protecção, sobretudo tendo em conta que o que nós não queremos é, para fazer um “bonito” político, pôr em causa o interesse do país. Iremos fazer uma avaliação muito objectiva e rigorosa das condições”, reforçou.

O FMI manifestou alguma incoerência e inconsistência em relação a Portugal

O primeiro-ministro considerou também que o Fundo Monetário Internacional (FMI) manifestou alguma incoerência e inconsistência sobre Portugal e que a ‘troika’ poderia ter sido mais realista na revisão das metas para 2012 e 2013.

Durante a entrevista à TVI e à TSF, questionado sobre o facto de a Directora-Geral do FMI, Christine Lagarde, ter admitido que Portugal deveria ter tido mais tempo para fazer a consolidação orçamental, Pedro Passos Coelho respondeu: “Realmente é um bocadinho estranho, e não é só o português em média que estranhará esse tipo de afirmações”.

“No Governo também estranhámos, porque significa que a estrutura de topo do FMI não é coerente com

aquilo que o seu nível técnico dispõe quando faz as negociações no âmbito da 'troika'. Isso é uma inconsistência que torna mais difícil perceber a perspectiva do FMI nesta altura", acrescentou.

Nesta entrevista, o chefe do executivo PSD/CDS-PP voltou a defender que "houve um erro" no programa de resgate a Portugal, "que não tem a ver com a maneira como esse programa estava concebido, mas com as metas que estavam fixadas em termos quantitativos".

Segundo Passos Coelho, a explicação para "esse erro" é que "não havia na altura a perspectiva de que, quer o défice de 2010, quer a previsão de défice para 2011, se afastassem tanto daquilo que na altura eram as previsões que tinham sido feitas quer pelo Governo [do PS] quer por essas entidades [troika] que tinham sido iludidas pelos elementos fornecidos pelo governo de Sócrates.

No entender do Primeiro-Ministro, "esse erro deveria ter sido corrigido posteriormente de forma mais pronunciada, foi um pouco corrigido, mas não suficientemente corrigido".

Passos Coelho referiu que "o próprio PEC IV [programa chumbado pela oposição no parlamento em 2011, o que levou à queda do anterior executivo do PS] apontava mesmo uma meta de défice para 2011 de 4,5 por cento, totalmente e absolutamente irrealista".

"O FMI, o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia aperceberam-se posteriormente desse irrealismo de partida e em 2012 aceitaram fazer um reajustamento dessas metas. Julgo que nesse mesmo reajustamento poderiam ter actuado com um pouco mais de realismo, quer para 2012, quer para 2013. É pena que o FMI não tivesse nessa altura essa perspectiva que é hoje afirmada pela sua Directora Geral", concluiu.

Pedro Passos Coelho afirmou numa das respostas, que um eventual programa cautelar teria a duração de um ano, cabendo no mandato do actual Governo, e por isso não exigirá o apoio do PS.

O Primeiro-Ministro acrescentou, contudo, que o executivo PSD/CDS-PP procurará o envolver o PS num eventual programa cautelar.

"Um programa cautelar, se vier a ser adoptado, tem a duração de um ano, o que cabe perfeitamente naquilo que é o mandato deste Governo e da maioria que o suporta, que vigorará até às próximas eleições legislativas, que ocorrerão, dentro das circunstâncias normais, que eu espero que se verifiquem, em Setembro de 2015", afirmou.

"Ora, não há nenhuma razão, nessa medida, para que um programa que cabe dentro da execução do mandato do Governo tenha de ter como exigência o apoio do principal partido da oposição", concluiu.

O Primeiro-Ministro considerou que, em qualquer caso, "é importante que possa existir sobre o futuro, sobre o médio e o longo prazo, um entendimento o mais alargado possível entre as principais forças políticas que têm vocação de Governo", acrescentando: "Nessa medida, nós nunca deixaremos de procurar o envolvimento do PS de modo a garantir que qualquer programa que



vier a ser realizado, se vier a ser realizado, resulte de um entendimento tão alargado quanto possível".

Interrogado se Portugal não precisará de um segundo resgate financeiro, o primeiro-ministro respondeu que nos últimos dois anos e meio foi construído "um resultado que dispensa um segundo programa".

Passos Coelho considerou que Portugal tem "todas as condições para poder concluir com sucesso este programa de assistência", mas que é cedo para saber se sairá do actual programa "sem qualquer tipo de ajuda ou com algum tipo de ajuda".

"As duas coisas são possíveis e eu não vou eliminar nenhuma delas hoje", disse.

O primeiro-ministro rejeitou "estigmatizar" um "programa de ajuda cautelar, quer dizer, que funcione como uma espécie de mecanismo de seguro que pode ser utilizado - ou não - em função de circunstâncias externas".

"Se for um programa cautelar, isso corresponde a fechar com sucesso o programa e a defender os interesses nacionais", defendeu.

Passos Coelho argumentou que só o facto de se discutir se Portugal deve ter ou não um programa cautelar "mostra evidentemente que o clima que se respira hoje no país é muito diferente daquele que se vivia ainda há seis meses".

"Qualquer das possibilidades deverá corresponder a uma avaliação rigorosa do que é que pode ser melhor para o interesse do país", acrescentou.

De acordo com o chefe do executivo PSD/CDS-PP, o Governo não está neste momento a negociar a possibi-

lidade de um programa cautelar, "mas é muito provável que nos meses subsequentes comece a haver alguma interacção quer com a 'troika' quer sobretudo com o Eurogrupo e com o Ecofin".

"As expectativas estão todas alinhadas para que nós possamos fechar favoravelmente o programa e sair da assistência económica e financeira, com mais ajuda ou menos ajuda, com mais protecção ou menos protecção, sobretudo tendo em conta que o que nós não queremos é, para fazer um "show político bonito", pôr em causa o interesse do País. Iremos, sim, fazer uma avaliação muito objectiva e rigorosa das condições reais existentes", reforçou.

Interrogado se Portugal não precisará de um segundo resgate financeiro, o primeiro-ministro respondeu que nos últimos dois anos e meio foi construído "um resultado que dispensa um segundo programa".

Passos Coelho considerou que Portugal tem "todas as condições para poder concluir com sucesso este programa de assistência", mas que é cedo para saber se sairá do actual programa "sem qualquer tipo de ajuda ou com algum tipo de ajuda".

"As duas coisas são possíveis e eu não vou eliminar nenhuma delas hoje", disse.

O primeiro-ministro rejeitou "estigmatizar" um "programa de ajuda cautelar, quer dizer, que funcione como uma espécie de mecanismo de seguro que pode ser utilizado ou não em função de circunstâncias externas".

"Se for um programa cautelar, isso corresponde a fechar com sucesso o programa e a defender os interesses nacionais", repetiu.





“Os juros da dívida pública portuguesa terão certamente uma “descida muito significativa”

O Primeiro-Ministro considerou que os juros da dívida pública portuguesa terão uma “descida muito significativa” quando se dissiparem as dúvidas sobre as medidas de redução da despesa pública, que associou a sua constitucionalidade.

“É nesta matéria, julgo eu, que ainda existe alguma incerteza no mercado, que está muito relacionada com muitas medidas que nós tivemos de adoptar e que tiveram de ser corrigidas ou que tiveram de ser reajustadas em função de avaliações feitas ao nível da constitucionalidade das medidas”, declarou Pedro Passos Coelho, numa das suas respostas a perguntas directamente relacionadas com a economia pós-troika.

“O meu convencimento é de que, assim que haja dissipação dessas dúvidas, nós conseguiremos ter uma descida muito significativa das taxas de juro. Basta ver o percurso que foi feito ao longo destes dois anos e meio”, acrescentou o chefe do executivo PSD/CDS-PP. “Eu julgo que isso irá alterar-se à medida que for ficando clarificada a qualidade das medidas de consolidação orçamental”, reforçou.

Por outro lado, questionado sobre quando é que os pensionistas e funcionários públicos vão recuperar os rendimentos que perderam, Passos Coelho respondeu que “é muito difícil dar uma resposta objectiva”, porque isso depende de Portugal ter “um excedente orçamental” e da “capacidade da economia crescer significativamente acima de 2%, 2,5%”.

“Eu julgo que está ao nosso alcance em alguns anos poder atingir uma situação dessas”, acrescentou.

Passos Coelho disse compreender “que os portugueses tenham vivido estes anos com angústia” e declarou

que o Governo também tem vivido estes anos “com muita ansiedade e com muita angústia” pela noção dos “sacrifícios que as pessoas têm vindo a realizar”.

Relativamente aos mercados, o primeiro-ministro começou por defender que a confiança na dívida pública portuguesa depende essencialmente da capacidade de crescimento do País e da capacidade de redução da despesa pública.

Segundo Passos Coelho, no que respeita ao crescimento, o Governo fez “um conjunto de transformações importantes na economia portuguesa” que produziram resultados.

“Nós temos capacidade para crescer no futuro e agora não temos apenas uma promessa de crescimento. Já não é preciso dizer ‘esperem para ver’, nós já estamos a atingir resultado de crescimento desde o segundo trimestre” deste ano, sustentou.

Passos Coelho referiu que “a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económicos (OCDE) diz hoje que o potencial de crescimento até 2020 para a economia portuguesa aumenta em 3,3 pontos percentuais com o conjunto das reformas que nós realizámos”.

De acordo com o Primeiro-Ministro é também preciso mostrar “a qualidade da consolidação orçamental” por via do “controlo da despesa pública”.

Enquanto “alguma dúvida sobre se o conjunto das medidas que asseguram o controlo da despesa não esteja dissipada, é natural que exista ainda alguma incerteza ainda no mercado de dívida”, considerou.

Eleições de 2015: coligação PSD/CDS “seria natural”

O primeiro-ministro considerou ainda, em resposta a uma pergunta dos entrevistadores, que “seria natural” o seu partido e o CDS-PP irem coligados às legislativas, mas ressaltou que ainda não falou sobre isso com Paulo Portas.

Pedro Passos Coelho disse: “Penso que não se pode encarar essa solução com estranheza. Seria natural que assim acontecesse, mas não estou com isto a dizer que é isso que vai acontecer”.

“Eu não vejo nenhuma necessidade de estar a criar problemas ao doutor Paulo Portas [presidente do CDS-PP e vice-Primeiro-Ministro], como ele seguramente não vê nenhuma necessidade de estar a criar problemas ao líder do PSD. Ora, nós não conversámos sobre isto e, portanto, não tomámos nenhuma decisão relativamente a esta matéria, que fossemos propor aos nossos partidos”, ressaltou, em seguida.

O presidente do PSD acrescentou que ele e Paulo Portas haverão de falar sobre isso, “com certeza” e que essa “é uma questão com certeza que os partidos ponderarão a seu tempo”, reiterando que a possibilidade de uma coligação pré-eleitoral “pode acontecer”.

“As eleições em 2015 serão objecto, com certeza, de atenção partidária a seu tempo, não é agora”, referiu.

Quanto às eleições europeias, Passos Coelho escusou-se a confirmar se Paulo Rangel vai ser o cabeça de lista da maioria, remetendo este assunto para depois do Congresso do PSD de 21, 22 e 23 de Fevereiro.

A este propósito, referiu que o compromisso estabelecido com o CDS-PP de haver uma lista conjunta às europeias será levado ao Congresso do PSD: “Tenciono propor ao Congresso do meu partido - e julgo que o doutor Paulo Portas tenciona fazer o mesmo relativamente ao CDS-PP - que haja uma lista conjunta dos dois partidos”.

Passos Coelho apontou como “primeira obrigação” para a campanha das europeias combater a abstenção, defendeu que é preciso trazer o debate sobre a Europa para essas eleições e admitiu que os partidos que apoiam o Governo sejam penalizados: “Julgo que isso é possível e compreensível até, espero que não aconteça”.

- Audiovisuais do PSD

Debate quinzenal

“Trimestre após trimestre, vêm-se consolidando a posição e a recuperação da economia”

O primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, abriu na sexta-feira o debate quinzenal no Parlamento, o primeiro após a aprovação do Orçamento do Estado para 2014. O Governo indicou como tema da intervenção inicial “questões políticas, económicas e sociais”, um tema invulgarmente genérico nas matérias antecipadas pelo executivo.

Este debate quinzenal decorreu durante a 10ª avaliação do programa de assistência financeira por parte da ‘troika’ (Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia).

O Primeiro-Ministro defendeu que a economia portuguesa se transformou de forma mais acentuada do que o previsto nos últimos dois anos e meio, tornando-se mais exportadora, e considerou que este é um “momento histórico”.

Pedro Passos Coelho disse que o Governo PSD/CDS-PP, assumiu funções em 2011 com o objectivo de lançar “reformas estruturais que implicassem a redução dos sectores protegidos” e “a diminuição das rendas que eles facultavam” para tornar a economia portuguesa “mais aberta, mais exportadora, menos comandada pela procura interna, mais comandada pela procura externa”.

Segundo o Primeiro-ministro, “esta transformação ocorreu, de facto, a um passo acelerado e conseguiu antecipar em vários anos aquilo que representava uma meta desejável, se não obrigatória para a economia portuguesa” em termos de “posição excedentária perante o exterior”.

“Estamos a viver um momento histórico, que Portugal procurou praticamente desde que aderiu à EFTA (Associação Europeia de Comércio Livre), ainda durante os anos 60 e depois quando aderiu à CEE (Comunidade Económica Europeia) e, ulteriormente, à União Europeia, e formulou o desejo de se tornar uma economia mais europeia, uma economia social de mercado mais abert-



ta ao exterior, incorporando maior riqueza nacional e dessa maneira oferecendo maiores oportunidades para todos”, considerou.

“A projecção para os anos subsequentes apresenta um resultado que em 2011 não parecia ser possível atingir antes de 2016 ou 2017”, acrescentou.

O Primeiro-Ministro referiu-se depois aos indicadores de confiança e à evolução do produto, sustentando que mostram “uma inflexão da actividade económica” e que a “tendência recessiva da economia” está ultrapassada.

“Mas, mais importante do que isso”, prosseguiu, “é reconhecer a importância de conseguirmos em resultado das exportações e, portanto, do sector mais competitivo da economia portuguesa, um resultado que não estava, no Programa de Assistência Económica e Financeira, previsto senão para depois de 2016”.

Passos Coelho reiterou que a ambição de “ter uma economia mais exportadora, mais acrescentadora de valor nacional” está a ser concretizada: “Esses resultados, nós estamos a atingir ao cabo de dois anos e meio de programa de assistência”.

O primeiro-ministro mencionou que as exportações deverão “continuar a crescer acima de 5% em 2014 e 2015”.

“Há uma política económica que tem vindo a ser conduzida e que tem permitido e facilitado este ajustamento estrutural da nossa economia”, sustentou.

Passos Coelho terminou o seu discurso declarando que é preciso “impulsionar estes resultados para o futuro e, de preferência, ainda ampliá-los” tornando a economia portuguesa “ainda mais exportadora”, reduzindo “ao mínimo os sectores protegidos na sociedade portuguesa” e pondo “termo a rendas que durante anos

penalizaram os portugueses de uma forma injusta”. Passos Coelho afirmou que «trimestre após trimestre vem-se consolidando a posição excedentária da economia. Devemos aumentar para 2,5% do PIB em 2013, 3,8%, em 2014 e 4,7% em 2015. A previsão do governo é que de quem 2015 nos devemos aproximar de uma previsão mais modesta mais ainda assim relevante de 3,8%», disse.

«Sairemos da crise conforme está anunciado», sublinhou o Primeiro-Ministro, dizendo que a procura interna aumentará, com contributo positivo das exportações que deverão crescer acima dos 5% em 2014 e 2015

«Sem o crescimento da economia pelo menos de 2,5% ou 3%, não será possível baixar impostos nem reverter os cortes nos salários da Função Pública ou nas pensões porque sem isso também não será possível reduzir a dívida pública.»

«Esta mensagem que deixei na entrevista da ontem à noite, à TVI/TSF, surgiu depois de ter ficado claro que todos os cenários são possíveis para o pós-17 de Maio, a data da conclusão do programa da troika.»

O Primeiro-Ministro defendeu ainda que o Governo mostrou “total abertura para negociar as propostas do PS” para a reforma do IRC e disse lamentar “profundamente” a postura dos socialistas no processo.

“Depois de o Governo ter mostrado total abertura para negociar as propostas do Partido Socialista, lamentando profundamente que uma imposição tivesse sido feita, na véspera deste debate, ontem [quinta-feira] no parlamento, dizendo ‘ou estas quatro medidas são aceites pelos senhores ou não há nenhuma negociação’”, afirmou Passos Coelho.

O chefe de Governo falava no período de resposta ao líder do CDS-PP, Nuno Magalhães, mas dirigindo-se ao secretário-geral do PS, António José Seguro, visto que o seu tempo de resposta directa ao líder do PS se tinha esgotado.

Dirigindo-se ao líder socialista, Passos Coelho desafiou: “Recomendo-lhe que apresente as propostas que o Governo - o Governo, não foi o PSD, nem o CDS - apresentou ao Partido Socialista: e vote-as a favor”.

A proposta de lei da reforma do IRC vai hoje a votação final global, no plenário parlamentar, ao fim de dois dias de negociações entre os partidos da maioria parlamentar e o PS.

Ao fim de dois dias de negociações, a maioria parlamentar PSD/CDS-PP não se entendeu com PS em relação às alterações ao regime de IRC, que esteve a ser votado na especialidade na quarta e na quinta-feira, e chumbou a maioria das reivindicações dos socialistas, (que tinham saído apresentadas de surpresa e de véspera) excepto uma.

Entre as propostas do PS que os partidos da maioria parlamentar chumbaram está a redução da taxa para os 12,5% a partir dos 12.500 euros de lucro, as deduções dos lucros detidos e reinvestidos, o aumento da derrama estadual e o aumento do limite de participação de 10% para aceder ao regime que elimina a dupla tributação.

Tal como Nuno Magalhães havia feito no seu pedido de esclarecimento, o Primeiro-Ministro lamentou globalmente e com “bastante mágoa” a incapacidade de se gerar um consenso entre PS e PSD, não apenas no que diz respeito ao IRC, mas argumentando que essa incapacidade terá “consequências para futuro”.

“A nossa recuperação seria muito mais intensa, a recuperação da confiança na economia portuguesa seria ainda mais pronunciada, se fôssemos consequentes com aquilo que propalamos”, declarou.

“O facto de existir uma maioria absoluta no Parlamento e um Governo determinado não impediu, durante todo este tempo que, quer os membros do Governo, quer os deputados da maioria que o apoiam, tivessem procurado, às vezes de forma mais aberta, outras vezes de forma mais resguardada - em função das flutuações dos nossos putativos parceiros de entendimentos - para que esses entendimentos pudessem ser gerados”, afirmou.

Passos Coelho referiu-se também à privatização dos CTT, acusando “várias forças políticas de denegrir esse processo”, quando, defendeu, “há vários anos que se fala na necessidade de se concluir um processo de privatizações, que permita ao Estado, não apenas reduzir a sua dívida externa, mas trazer também novo



investimento externo para o país, acabar com sectores protegidos e aumentar a concorrência, a competição dentro da economia portuguesa”.

“Foi dito que estávamos a vender as joias da coroa a pataco, que estávamos a alienar a soberania do país e ainda há pouco uma senhora deputada do BE considerava um crime a privatização dos CTT”, afirmou.

O primeiro-ministro referia-se à coordenadora do Bloco de Esquerda Catarina Martins, que atacou a privatização dos correios, argumentando, entre outras questões, que até nos Estados Unidos, o serviço postal é público.

Passos contrapôs que os Estados Unidos, agora, são a excepção e na Europa deu exemplos com exemplos de privatizações dos correios, nomeadamente no Reino Unido, e falou do “belíssimo resultado” da operação em Portugal, realizada abertamente em Bolsa, e que já ultrapassou “largamente” a meta com que o PS se tinha comprometido, quando assinou o memorando de entendimento.

Seguro convida Passos para “debate”

O secretário-geral do PS, como um prestidigitador, tirou subitamente da cartola um desafio ao Primeiro-ministro para um debate entre os dois, sobre a situação do País a realizar até 27 de Janeiro, admitindo e desejando

que possa realizar-se num órgão de comunicação social.

A ideia do debate a dois foi sugerida por Seguro, quando se discutia se Portugal está ou não actualmente melhor do que no início do programa de ajustamento, em Maio de 2011, com o secretário-geral do PS a considerar que o Governo “arruinou o país”, enquanto Passos Coelho apresentava a tese diametralmente oposta e acusava Seguro de nunca esclarecer “onde faria as poupanças” para concretizar o programa de consolidação orçamental a que o próprio PS se tinha obrigado.

“Sobre cortes em qualquer sector do Estado, aceito discutir consigo quando o senhor deputado [António José Seguro] disser onde fará poupanças públicas para atingir resultados em matéria de défice público ainda mais exigentes. O senhor deputado não diz onde vai buscar essas poupanças. Quando disser nós conversamos sobre isso”, respondeu o Primeiro-Ministro.

Mas na sua oportunidade de falar, durante o debate, e imediatamente após o Primeiro-Ministro, o Secretário-Geral do PS “levantou uma lebre” inesperada, dizendo a Passos Coelho que “deveriam realizar um debate a dois, de preferência numa televisão!

Porém, Passos Coelho respondeu que Seguro devia “aproveitar” os debates quinzenais para essas discussões: «Se o senhor deputado dissesse nestes debates quinzenais, onde contaria, em vez de fazer sempre as mesmas perguntas, já teríamos certamente avançado.» e as perguntas que me quer fazer, já teriam sido feitas e respondidas”, afirmou Passos Coelho.

Depois de a ideia ter surgido durante o debate quinzenal, o PS dirigiu um convite por carta ao Primeiro-Ministro para a «marcação de uma reunião a realizar esta tarde, ou num dos próximos dias, para acerto de data, local e regras» de um debate público entre António José Seguro e Pedro Passos Coelho sobre poupanças públicas.

No entanto, o PS dirigiu um convite por carta ao Primeiro-Ministro para a «marcação de uma reunião a realizar esta tarde, ou num dos próximos dias, para acerto de data, local e regras» de um debate público entre António José Seguro e Pedro Passos Coelho sobre poupanças públicas.

O chefe de gabinete do líder socialista, Miguel Ginestal, enviou carta ao chefe de gabinete do primeiro-ministro, Francisco Ribeiro Menezes, a propor a marcação de data para debate.

«Penso que esse pedido não se pode encarar sem alguma estranheza. Seria natural que assim acontecesse, se não houvesse, de 15 em 15 dias, debates em que os líderes dos Partidos com representação parlamentar, tem toda a liberdade de fazer ao Primeiro-Ministro as perguntas que quiserem. Mas, atenção, não estou com isto a dizer que é isso que vai ou não acontecer».

O Chefe do Governo lembrou ainda que não falou do tema com Paulo Portas: «Nós não conversámos sobre isto e, portanto, não tomámos nenhuma decisão relativamente a esta matéria que fôssemos propor aos nossos partidos.»

Mais tarde, o gabinete do Primeiro-Ministro transmitiu ao PS que Pedro Passos Coelho está disponível, como sempre, para discutir com o secretário-geral dos socialistas, António José Seguro, todas as matérias que ele desejar – mas no lugar próprio, isto é, no Parlamento.

“O Primeiro-Ministro está, como sempre esteve, disponível para discutir no parlamento todas as matérias que o líder da oposição considerar relevantes” foi a mensagem enviada ao PS, segundo fonte do gabinete do primeiro-ministro.

Esta mensagem surge é a resposta à carta enviada pelo PS ao gabinete do Primeiro-Ministro solicitando o agendamento de uma reunião, se possível para hoje à tarde, destinada a definir as regras de um debate entre António José Seguro e Pedro Passos Coelho.

Passos Coelho, como Nuno Magalhães o havia feito no seu pedido de esclarecimento, lamentou globalmente e com “bastante mágoa” a incapacidade de se gerar um consenso entre PS e PSD, não apenas no que diz respeito ao IRC, mas argumentando que essa incapacidade terá “consequências para futuro”.

“A nossa recuperação seria muito mais intensa, a recuperação da confiança na economia portuguesa seria ainda mais pronunciada se fôssemos consequentes com



aquilo que propalamos”, declarou.

“O facto de existir uma maioria absoluta no Parlamento e um Governo determinado não impediu, durante todo este tempo que, quer os membros do Governo, quer os deputados da maioria que o apoiam, tivessem procurado, às vezes de forma mais aberta, outras vezes de forma mais resguardada - em função das flutuações dos nossos putativos parceiros de entendimentos - para que esses entendimentos pudessem ser gerados”, afirmou.

Passos Coelho referiu-se também à privatização dos CTT, acusando “várias forças políticas de denegrirem esse processo”, quando, defendeu, “há vários anos que se fala na necessidade de se concluir um processo de privatizações, que permita ao Estado, não apenas reduzir a sua dívida externa, mas trazer também novo investimento externo para o país, acabar com sectores protegidos e aumentar a concorrência, a competição dentro da economia portuguesa”.

“Foi dito que estávamos a vender as jóias da coroa a pataco, que estávamos a alienar a soberania do país e ainda há pouco uma senhora deputada do BE con-

siderava um crime a privatização dos CTT”, afirmou.

O primeiro-ministro referia-se à coordenadora do Bloco de Esquerda Catarina Martins, que atacou a privatização dos correios, argumentando, entre outras questões, que até nos Estados Unidos, o serviço postal é público.

Passos contrapôs com exemplos de privatizações dos correios na Europa, nomeadamente no Reino Unido, e falou do “belíssimo resultado” da operação em Portugal, realizada em bolsa, que já ultrapassou “largamente” a meta com que o PS se tinha comprometido no memorando de entendimento.

Com respeito às intervenções dos partidos de extrema esquerda, remetemos os nossos leitores para anteriores debates, pois a letra e a música foram as mesmas, com mais ou menos elegância, e mais ou menos proximidade de uma linguagem pouco adequada ao Parlamento (roubo, etc...)

– Lusa, Povo Livre e audiovisuais do PSD.

A subconcessão dos estaleiros de Viana teve “toda a transparência”



O primeiro-ministro disse que o concurso para a subconcessão dos estaleiros de Viana do Castelo “teve toda a transparência” e que o Ministério Público e o Tribunal de Contas “têm toda a informação”.

“Foi feito um concurso para a subconcessão que teve toda a transparência, e foi, de resto, a comissão responsável por esse concurso presidida por um magistrado do Ministério Público (MP)”, acrescentou Pedro Passos Coelho, acrescentando: “O Tribunal de Contas e o MP dispõem de toda a informação quanto a todos os passos que foram desenvolvidos para garantir que a subconcessão poderia ser bem-sucedida”.

Em declarações aos jornalistas à margem de uma visita que está hoje a efectuar a empresas de Felgueiras e Amarante, o primeiro-ministro reafirmou que “o Governo tem feito tudo o que está ao seu alcance para garantir que uma actividade económica, no caso dos estaleiros de Viana da Castelo, possa prosseguir para futuro”.

“Para o Governo, a primeira prioridade foi conseguir convencer algum empresário privado a adquirir os estaleiros para os reestruturar e lhes dar viabilidade de futuro”, recordou, lamentando não ter sido possível esse caminho, por o processo de privatização ter sido “colocado em causa”.

Passos Coelho explicou que a Comissão Europeia “deixou claro que considerava que os auxílios de Estado, que não tinham sido comunicados de 2006 a 2011, teriam de ser devolvidos” e que “nenhum investidor se mostrou interessado na privatização nestas condições”.

Para o chefe do Governo, o “Estado só tinha duas possibilidades: ou encerrava os estaleiros de Viana do Castelo, pondo termo àquela actividade económica e indemnizando todos os trabalhadores, ou encontrava uma alternativa que permitisse que, ainda assim, aquele potencial pudesse ser utilizado”.

Aos jornalistas, insistiu que a empresa Estaleiros Nacionais de Viana do Castelo “não tem condições de viabilidade económica”, e que, “portanto, será encerrada”. No entanto, ressaltou: “a actividade pode continuar lá”.

“Do nosso ponto de vista, há condições, nesta altura, para que essa actividade se possa manter em Viana do Castelo e que muitos daqueles que trabalhavam nessa actividade venham a encontrar oportunidades nesta nova subconcessão”, referiu.

O primeiro-ministro concluiu desejando que “os privados que vão desenvolver este negócio possam acrescentar valor e dar sustentabilidade àqueles empregos”, porque, assinalou, “de outra maneira a empresa teria de encerrar e toda a actividade teria de ser descontinuada”.





Na inauguração das novas instalações da Porto Business School

Na continuação desta visita, Pedro Passos Coelho, em Matosinhos, defendeu que a crise deve ser aproveitada para resolver o “problema de incompletude do edifício da União Económica e Monetária”, manifestando “receio” pela perspectiva europeia que “a crise já está suficientemente ultrapassada”.

“Às vezes dá a impressão que há na Europa quem pense que a crise já está suficientemente ultrapassada para não ser necessário ir mais longe como ainda há meio ano ou um ano, como aconteceu no Conselho Europeu de Dezembro, se estipulou. Confesso que tenho algum receio de que possa dominar esta perspectiva em termos europeus”, disse Pedro Passos Coelho durante a inauguração das novas instalações da Porto Business School, em Matosinhos.

Na opinião do primeiro-ministro, “o edifício incompleto que herdámos desde a fundação da União Económica e Monetária que temos vindo a completar ainda não está completo”.

“E se não aproveitarmos estas condições para levarmos suficientemente fundo as consequências das insuficiências que foram detectadas, então estaremos condenados a ter de resolver essas insuficiências numa próxima crise”, alertou.

Passos Coelho quer “aproveitar esta crise para resolver esse problema de incompletude do edifício da União Económica e Monetária”.

O governante referiu ainda às “condições muito desvantajosas em termos de competição” que Portugal enfrenta, dando o exemplo dos “custos de financiamento que são muito mais elevados do que a generalidade das empresas da União Europeia”.

“Eu acredito que os passos que precisamos de dar ao nível da União Europeia são passos muito importantes para permitir que economias que procuram ser mais competitivas, como a nossa, o possam ser em condições de maior igualdade”, adiantou.

No entanto, Passos Coelho deixou um alerta: “Quando observamos as indicações que nos vêm pela comunicação social, nem sempre ficamos cientes de que esse projecto possa estar devidamente bem endereçado.” - Lusa

Visita a empresa exemplar no sector do calçado

O Primeiro-Ministro viajou ao Norte para contactar empresas que se enquadram no surto de transformação da economia portuguesa e que são exemplo de competitividade e expansão das exportações, esteve em Felgueiras, numa empresa de calçado cuja produção é quase totalmente encaminhada para o estrangeiro. O Primeiro-Ministro, referindo o momento político que atravessamos, esperar ainda mais aproximação, “sem equívocos”, entre o Governo e o PS para chegar a acordo, no parlamento, sobre a reforma do IRC.

“Espero que não haja mais equívocos à volta das propostas que foram apresentadas e seja possível, no parlamento, obter o apoio do PS para essa reforma”, afirmou Pedro Passos Coelho.

Falando aos jornalistas, à margem de uma visita

a uma empresa de calçado, o chefe do Governo sublinhou as diligências junto do PS para que a reforma “possa ser coroada de êxito”, com “uma aproximação” às propostas das duas partes.

“Isso era importante no futuro para dar uma noção de estabilidade”, disse, considerando que esta reforma “não é apenas para durar este Governo.

“É para durar para os próximos largos anos e isso será tanto mais credível quanto o principal partido da oposição se vincule aos objectivos desta reforma”, acrescentou.

O primeiro-ministro observou que o Governo não pode obrigar “o PS a aceitar os princípios desta reforma”.

“Julgamos que é boa para o País, para atrair investimento e criar riqueza por via da retoma privada. Julgo que o PS é sensível a isso!”, concluiu.

Conselho de Ministros de 12 de Dezembro de 2013

1. O Conselho de Ministros aprovou o V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-discriminação 2014-2017, o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017 e o III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos 2014-2017.

Estes três Planos nacionais incorporam as recomendações decorrentes da avaliação externa e independente aos planos que os antecederam, bem como muitos dos contributos recebidos no âmbito da fase de consulta pública de cada um deles.

As linhas de orientação de cada um dos Planos são as seguintes:

- O V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-discriminação reforça a promoção da igualdade de género em todas as áreas de governação, incluindo uma forte componente na actividade de todos os ministérios, constituindo um importante meio para a coordenação intersectorial da política de igualdade de género e de não-discriminação em função do sexo e da orientação sexual.

Com um total de 70 medidas, estruturadas em torno de 7 áreas estratégicas, este Plano pretende ainda reforçar a intervenção nos domínios da educação e do mercado de trabalho;

- O V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género passa a ter como parte integrante, com base nos pressupostos da Convenção de Istambul, o III Programa de Acção para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina, alargando o seu âmbito a outras formas de violência, designadamente a mutilação genital feminina e as agressões sexuais.

No que respeita à violência doméstica, este Plano procura consolidar o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido na área, assimilando de igual forma as mais recentes orientações europeias e internacionais sobre a matéria.

Com um total de 55 medidas divididas por 5 áreas estratégicas, o novo Plano, que assume uma mudança de paradigma, torna-se agora mais abrangente;

- O III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos, considerando as recomendações dirigidas ao Estado português no âmbito do Relatório sobre a implementação da Convenção do Conselho da Europa relativa à Luta contra o Tráfico de Seres Humanos, tem designadamente em vista o reforço dos mecanismos de referência e de protecção das vítimas, o aprofundamento da articulação e cooperação entre as entidades públicas e as organizações da sociedade civil envolvidas e a adaptação da resposta nacional aos novos desafios, concretamente às novas formas de tráfico.

Este Plano, estruturado em 5 áreas estratégicas, num total de 53 medidas, enquadra-se nos compromissos assumidos por Portugal nas várias instâncias internacionais, combatendo de forma integrada o flagelo do tráfico de seres humanos, reforçando o conhecimento do fenómeno, a acção pedagógica e preventiva juntos dos diversos intervenientes, a protecção e a assistência às vítimas e o sancionamento dos traficantes.

2. O Conselho de Ministros aprovou um diploma que estabelece as formas e o procedimento de cedência das terras do Estado através da bolsa nacional de terras para utilização agrícola, florestal ou silvo-pastoril.



O procedimento desenvolver-se-á de forma desmaterializada, através do Sistema de Informação da Bolsa de Terras, com garantia da confidencialidade dos dados pessoais, incorporando os princípios gerais da actividade administrativa, bem como os princípios do acesso universal e da ampla concorrência.

A cedência de prédios do Estado tem lugar, em regra, por via concursal, com ou sem negociação.

Os prédios do Estado e dos institutos públicos disponibilizados na bolsa de terras podem ser cedidos onerosamente a terceiros, para utilização agrícola, florestal ou silvo-pastoril, mediante arrendamento ou venda. O contrato de arrendamento rural regulado na lei civil constitui a forma típica de exploração e utilização destes prédios.

No mesmo sentido, o Conselho de Ministros aprovou ainda uma resolução que estabelece o procedimento de identificação e de disponibilização de prédios do domínio privado do Estado e dos institutos públicos na bolsa de terras.

3. O Conselho de Ministros aprovou a extinção da EMA - Empresa de Meios Aéreos, S.A., revogando o respectivo diploma de criação e regulando o processo de liquidação desta sociedade.

Com a extinção da EMA, que se insere no esforço de racionalização das estruturas públicas, os respectivos meios aéreos serão transferidos para o património do Estado através da Autoridade Nacional de Protecção Civil, assumindo esta entidade a gestão desse dispositivo, juntamente com a gestão do dispositivo de meios aéreos locados que já garante desde o início de 2013.

Transitoriamente e até ao termo do processo de

liquidação da sociedade, os meios próprios, manter-se-ão na esfera da EMA.

4. O Conselho de Ministros aprovou o regime de transferência da jurisdição portuária directa dos portos de pesca e marinas de recreio do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P., (IPTM) para a Doca pesca - Portos e Lotas, S.A..

A Doca pesca é investida nas competências até aqui exercidas pelo IPTM na qualidade de administração portuária dos vários portos em causa, sucedendo àquele instituto nas suas funções de autoridade, bem como nos seus direitos e deveres respeitantes às infra-estruturas portuárias.

Esta alteração visa a criação de maior eficiência na gestão dos portos de pesca e das marinas de recreio, que passam a ser administrados por uma entidade empresarial. Sendo essa entidade empresarial a Doca pesca, que já tem a seu cargo a gestão de parte da actividade económica a jusante dos portos de pesca, será possível a gestão integral de todo o conjunto de infra-estruturas.

5. Projecto de resolução do Conselho de Ministros que autoriza a realização da despesa relativa à aquisição de bens e serviços necessários para a implementação do Sistema Nacional de Controlo de Velocidade (Sincro), para os anos de 2014 a 2017.

O Sincro contribuirá para a promoção do cumprimento dos limites de velocidade legalmente estabelecidos através da fiscalização, devidamente sinalizada, contínua e automática da velocidade de cada veículo nos locais de controlo.

No âmbito da Estratégia Nacional de Segurança Ro-

doviária, que tem como objectivo fundamental colocar Portugal entre os 10 países da União Europeia com mais baixa taxa de sinistralidade rodoviária, a instalação do Sincro foi identificada como uma acção chave.

O montante total de despesa autorizada é de aproximadamente 4 milhões de euros.

6. O Conselho de Ministros aprovou a transposição de uma directiva da União Europeia relativa à aproximação das legislações dos Estados membros respeitantes a medidas contra a emissão de poluentes gasosos e de partículas pelos motores de combustão interna a instalar em máquinas móveis não rodoviárias.

7. O Conselho de Ministros aprovou a alteração do regime de acesso e exercício da actividade de prestação de serviços com veículos pronto-socorro, visando a sua simplificação.

São eliminadas as exigências do licenciamento das empresas e do licenciamento dos respectivos veículos pronto-socorro, devendo os prestadores destes serviços promover, antes do início da actividade, a mera comunicação prévia ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P., ou à autoridade territorialmente

competente nas Regiões Autónomas dos Açores ou da Madeira.

8. O Conselho de Ministros prorrogou em seis meses o prazo, estabelecido no regime jurídico das farmácias de oficina, para que as entidades do sector social que detenham farmácias abertas ao público se adaptem aos requisitos exigidos às proprietárias das farmácias que se encontrem no mercado.

9. O Conselho de Ministros prorrogou pelo prazo de um ano a transição, para a habilitação dos responsáveis técnicos, previsto no regime jurídico de acesso e de exercício à actividade funerária.

10. O Conselho de Ministros autorizou os serviços, organismos, entidades e estruturas integrados na Presidência do Conselho de Ministros a assumirem os encargos orçamentais decorrentes da contratação de serviços de vigilância e segurança, no valor total de aproximadamente 7,86 milhões de euros.

11. O Conselho de Ministros autorizou a realização da despesa com a aquisição centralizada de combustíveis rodoviários, em postos de abastecimento público e a granel, através da abertura do respectivo

procedimento aquisitivo pela Unidade Ministerial de Compras do Ministério da Economia.

O valor total autorizado é de cerca de 4,535 milhões de euros, para o período compreendido entre 2014 a 2016.

Foi ainda autorizada a realização da despesa com a aquisição centralizada de serviços de electricidade em regime de mercado livre, através da abertura do respectivo procedimento aquisitivo pela Unidade Ministerial de Compras do Ministério da Economia.

O valor total autorizado é de aproximadamente 7,83 milhões de euros, para o período compreendido entre 2014 e 2016.

12. O Conselho de Ministros aprovou um diploma que procede à identificação das categorias que são mantidas como subsistentes no mapa de pessoal do Instituto do Turismo de Portugal, I.P., por impossibilidade de se operar a transição dos trabalhadores das escolas de hotelaria e turismo para as carreiras gerais já previstas.

- Gabinete do Ministro da Presidência

Matos Rosa em Celorico da Beira

“Há sinais encorajadores”

No passado dia 14, o Secretário-Geral do PSD, José Matos Rosa, esteve presente em Celorico da Beira, na tomada de posse da nova comissão política concelhia. O Secretário-Geral lembrou o papel do fundador, Sá Carneiro, que acreditou sempre em Portugal e nos Portugueses. “Nunca virou as costas aos inúmeros desafios políticos e sociais com que se deparou. Sempre se recusou a ficar indiferente e nunca cedeu ao desinteresse”, disse.

O dirigente do PSD referiu-se aos sinais encorajadores: “Portugal viu crescer as suas exportações entre 2010 e 2013 cerca de 24%; as exportações vão atingir 40% do PIB no final deste ano (quando em 2009 representavam 30%); Portugal registou no terceiro trimestre de 2013 a quinta maior subida do PIB entre os estados-membros da Zona Euro; e a taxa de desemprego em Portugal desceu em Outubro, pelo sétimo mês consecutivo, para os 15,7%, de acordo com o Eurostat”.

“Com determinação, trabalho e coragem dos Portugueses, temos conseguido “dobrar” as dificuldades”, assinalou ainda Matos Rosa.

O Secretário-Geral considerou que podemos “olhar com confiança para o futuro”. No plano partidário, em 2014, o PSD, em colaboração com o Instituto Francisco Sá Carneiro, irá promover uma série de debates sobre a Reforma do Estado, o Território de Baixa Densidade, o Projecto Europeu e o Modelo Económico para Portugal.



Marco António Costa na tomada de posse do PSD da Maia

O coordenador permanente da Comissão Política Nacional e porta-voz do Partido Social Democrata (PSD), Marco António Costa, esteve na sexta-feira, 13 de Dezembro de 2013, pelas 18h30, na sessão de tomada de posse dos novos órgãos do PSD da Maia (TEC Maia, Parque de Ciência e Tecnologia da Maia), onde, perante uma assistência grande de militantes e simpatizantes do PSD, teve palavras de confiança no futuro e pediu a todos que continuassem a acção e a luta para que a Maia se integre plenamente na recuperação e no progresso que todos queremos para Portugal, agora que estamos à beira do pós-troika e poderemos ser novamente e em plenitude, senhores das nossas decisões políticas, sociais e económicas.

Na tomada de posse da Comissão Política de Vila Franca de Xira

Na quarta-feira, dia 11, perante uma grande assistência de militantes e simpatizantes do PSD, realizou-se a tomada de posse da nova Comissão Política do PSD, de Vila Franca de Xira.

Pedro Pinto, Vice-Presidente da Comissão Política Nacional, Miguel Pinto Luz, Presidente da Comissão Política Distrital de Lisboa, Joana Barata Lopes, Líder da JSD Regional, Deputados à Assembleia da República e alguns dos líderes das concelhias social-democratas do distrito, marcaram presença no acto.

Odete Silva começou por agradecer a presença de todos neste momento tão simbólico para toda a equipa que agora lidera.

A nova Presidente desta concelhia assegurou que o projecto político que protagoniza é reconhecido por todos os militantes, não deixando de realçar a elevada participação que existiu neste último acto eleitoral:

Disse Odete Silva que, «...interpretamos esta elevada participação no último acto eleitoral, como uma vontade expressa dos militantes em reforçar a sua ligação com o Partido e cabe a nós, que hoje tomamos posse, assumir essa responsabilidade»

Algumas palavras de Marco António Costa

Foi com muita convicção que o vice-presidente coordenador permanente da Comissão Política Nacional e porta-voz do PSD garantiu a sua certeza na capacidade de trabalho que reside nesta equipa: «A forma exemplarmente cívica como seguramente estarão ao serviço das populações, com um conjunto de iniciativas de natureza política que consubstanciam essa atitude, fará a diferença para as pessoas poderem confiar no vosso trabalho e nas vossas propostas»

Sobre a situação política nacional, Marco António Costa referiu que todos temos de ter esperança, pois tudo está a ser feito para um melhor futuro de Portugal, para um melhor futuro de todos os portugueses: «Sejamos capazes de somar um sentimento e uma outra palavra que é a esperança. Mas uma esperança realista, não uma esperança ilusória. Uma esperança com sentido de responsabilidade, que os mais recentes números da economia vêm começando a afirmar!»

O Coordenador Permanente do PSD garantiu que Portugal agora possui todas as condições para mudar os caminhos errados, seguidos pelos anteriores executivos do PS.



Marco António Costa na sessão de tomada de posse do líder do PSD de Oeiras

Na passada quinta-feira, dia 12, realizou-se a cerimónia de Tomada de Posse do novo Presidente da Concelhia do PSD de Oeiras e da sua equipa.

Marco António Costa, coordenador da CPN e Luís Nobre, em representação do Presidente da Distrital de Lisboa, Alexandre Luz, ex-Presidente desta concelhia, bem como Deputados Municipais e Autarcas das várias freguesias do concelho, estiveram presentes.

Ângelo Pereira, após agradecer a presença de todos, garantiu que esta nova equipa social-democrata irá ter como prioridade a proximidade de toda a sociedade civil ao Partido afirmando que «O Partido tem de se abrir e apostar no mérito como forma de credibilidade junto do eleitorado»

O Vice-Presidente Coordenador Permanente da Comissão Política Nacional e Porta-Voz do PSD começou por enaltecer a existência de um espírito de militância bastante activo entre toda a plateia:

Marco António Costa afirmou que «Constitui uma grande alegria poder estar hoje numa sessão em que se nota que existe um ambiente saudável entre todos os Militantes aqui presentes».

Em relação à situação política nacional, não deixou de reprovar a atitude do maior partido da Oposição e do seu líder: “... o Partido Socialista nada tem feito para bem de Portugal e para o bem-estar de todos os portugueses: reparam bem que nós levamos dois anos e meio de governação e ainda não tivemos um gesto. Um gesto de disponibilidade do Partido Socialista para dizer, uma só vez que fosse, que estava disponível para fazer um acordo com o Governo. Para dar a confiança ao Governo»

Com esta cerimónia de tomada de posse ficou a existência de uma certeza: dois anos de trabalho muito exigentes pela frente mas, também, dois anos de muito empenho e dedicação para o bem de todos os oeirenses.



“Portugal foi o país da Europa que criou mais emprego no terceiro trimestre”



No início da sua intervenção no debate quinzenal com o Primeiro-Ministro sobre as “questões políticas, económicas e sociais”, dia 13, Luís Montenegro referiu-se a um facto insólito e original que aconteceu durante a intervenção do líder socialista. Considera o parlamentar que António José Seguro, a meio de um debate, tenha proposto um novo debate para poder estabelecer diálogo e confrontação política com o Governo. “É um pouco estranho, porque debates não têm faltado. Debates para discutir o Orçamento do Estado, debates para discutir moções de censura e de confiança, debates quinzenais, interpelações ao Governo. Aquilo que dá ideia é que a cada derrota que vai sendo acumulada por parte da bancada do PS há aquela tendência de dizer que «o próximo é que vai ser”. Dirigindo-se a António José Seguro, o líder parlamentar lembrou que o PSD continua à espera do PS para o debate da reforma do Estado numa Comissão que foi aprovada. “Se a sua disponibilidade para debater significa que há, pelo menos, um deputado do PS que quer integrar essa comissão, eu sou capaz de dizer que se o fizer, se assumir ser consequente com as suas palavras, eu próprio proporei que na primeira reunião o senhor Primeiro-Ministro esteja presente para que o senhor deputado António José Seguro possa confrontar o Primeiro-Ministro com as suas propostas. E era bom que tivesse propostas, porque até hoje não há uma proposta do PS para diminuir de forma estrutural a despesa pública”.

De seguida, Luís Montenegro centrou-se nos dados da nossa economia, que foram considerados pelos socialistas “um bocadito melhores”. Recorda o social-democrata que ainda esta semana, a propósito do boletim do Banco de Portugal, o PS desdenhou a previsão em alta do crescimento económico e veio com a tese de que esta mudança de previsão do Banco de Portugal, cuja credibilidade atacou, justifica-se com a decisão do Tribunal Constitucional. Contrariando os socialistas, o parlamentar lembrou que a reposição do subsídio ocorreu apenas há três semanas, não tendo influência nestes dados e que o aumento do consumo resulta do aumento da confiança que se vem registando.

Luís Montenegro fez uma longa exposição dos vários produtos que têm registado um aumento exponencial ao nível das exportações, para, de seguida, se forçar no desemprego. Salientando que esta é uma grande preocupação que nos deve mover a todos, o líder da “bancada laranja” lamentou que os partidos da esquerda parlamentar não tenham realçado que a taxa de desemprego esteja a descer há nove meses consecutivos e que se registem reduções do número de desempregados com paralelo só com os números de 1999. Face a estes números, os deputados da oposição, em especial os do PS, lá vieram reconhecer que foram criados 120 mil novos postos de trabalho em 2013, mas sempre acrescentam que os números do desemprego estão a diminuir porque a emigração está a aumentar. Contudo, refere Luís Montenegro, o Eurostat divulgou as estatísticas que dizem que “Portugal foi o país da Europa que criou mais emprego no terceiro trimestre de 2013”. “Ignorar estes dados, ignorar este desempenho é criar uma visão que é desfasada da realidade, que é pessimista relativamente à capacidade dos portugueses, das empresas, das famílias que têm sabido resistir e persistir e que vão vencer este período em que nos encontramos”, concluiu.

“Acordo entre Senado e Congresso dos EUA sobre as Lajes é um passo positivo”

A inclusão, na Lei de Defesa dos EUA, de uma referência à Base das Lajes e à necessidade desta infra-estrutura ser reavaliada no relatório sobre a presença militar americana na Europa, acordada esta terça-feira entre os Comités das Forças Armadas da Câmara dos Representantes e do Senado “constitui um passo importante para a defesa do interesse dos Açores mas não significa que este seja um processo encerrado ou que esteja garantida a manutenção do efectivo militar nas Lajes”, considerou, esta tarde, na Horta, o presidente do PSD/Açores.

Duarte Freitas, em declarações à comunicação social, considerou o acordo alcançado entre a Câmara dos Representantes e o Senado dos EUA “mais um passo num caminho que é longo e difícil”. “Este é um assunto que ainda não está totalmente ganho pelo que é importante continuar a trabalhar em defesa da presença militar norte-americana nas Lajes”, referiu.

Segundo o presidente do PSD/Açores, “é agora necessário que o acordo se concretize na votação que será feita no Senado e depois é importante continuar a fazer valer as posições dos Açores junto da administração norte-americana”.

Para Duarte Freitas, “é importante não desistir de continuar a fazer os nossos melhores esforços de sensibilização das autoridades norte-americanas. Este é um processo difícil, mas tem sido desenvolvido um trabalho muito significativo junto dos políticos norte-americanos e junto das nossas comunidades. Com este acordo foi dado mais um passo, mas ainda há um longo caminho a percorrer”, disse.



PSD/Açores preocupado com o futuro do sector leiteiro das Flores



O PSD/Açores mostrou a sua preocupação com o futuro dos produtores de leite das Flores, confirmando que “as fragilidades do sector agrícola, em geral, se têm vindo a acentuar nos últimos tempos, mas é preocupante o que se passa com a fileira do leite e com o funcionamento da cooperativa da ilha, que atravessa grandes dificuldades financeiras”, disse o deputado Bruno Belo.

O parlamentar, eleito por aquela ilha, que visitou a Cooperativa Ocidental e reuniu recentemente com a tutela, não duvida que “apesar dos milhões investidos nas Flores, os problemas persistem, numa situação

que se estende a toda a ilha. Além disso, há uma enorme incógnita no futuro, especialmente devido às consequências reais do que será o desmantelamento das quotas leiteiras”, adiantou.

Bruno Belo explica que, “a maior parte das explorações florentinas são explorações mistas, em que o leite é complementar à produção de carne. Mas não nos podemos esquecer que este é, acima de tudo, um problema da ilha e não um problema de alguns, pelo que o PSD/Açores tem levado a cabo contactos e diligências para minimizar os problemas dos agricultores locais face ao que se está a passar”.

O social-democrata lembra que, “estamos a falar da área que mais emprego absorve, e que maior impacto económico tem na ilha das Flores, pelo que se exige o empenho de todos. E fica aqui mais uma vez demonstrado que acima dos interesses partidários estão os florentinos”, assume, referindo-se às recentes reuniões e trocas de propostas.

“Muito antes deste problema ser tornado publico, o PSD/Açores fez várias diligências junto do secretário da tutela, no sentido de transmitir estas mesmas preocupações. Assim como para salientar o espírito de trabalho dos produtores, que não viram a cara perante as dificuldades”, frisou.

“Tenho de realçar o esforço dos produtores”, continuou o social-democrata, avançando como exemplo que, “há 3 ou 4 meses, e quando se iniciou a classificação do leite, mais de 50% dos produtores estavam abaixo do leite-padrão. Passado esse tempo, mais de 70% estão acima dessa referência. Ou seja, responderam ao desafio, mesmo se ser agricultor nas Flores é quase um ato heróico”, afirmou.

Bruno Belo reiterou que “não posso mostrar-me insensível à actual situação, afinal conheço pessoalmente a situação, e sei o que sente um produtor que já esteve 18 meses sem receber pelo seu leite e, bem recentemente, cerca de um ano nessa situação”, concluiu o deputado do PSD/Açores.

PSD/Açores quer explicações sobre operação de navios no porto comercial do Pico



O PSD/Açores pediu hoje responsabilidades ao governo regional sobre os recentes problemas na operação de navios no Porto Comercial do Pico onde, “nas últimas duas semanas, a chegada de mercadorias não se verificou com a efectividade que se impõe legalmente”, disse o deputado Cláudio Lopes.

Pese embora as suas limitações, a estrutura picoense “é uma das mais movimentadas dos Açores”, refere o social-democrata, lembrando que, “no âmbito das obrigações do serviço público para o transporte marítimo de mercadorias entre a Região e o Continente, as empresas são obrigadas a um toque semanal naquele porto”, adiantou.

Segundo Cláudio Lopes, “a irregularidade na operação dos navios colocou em causa os ‘stocks’ de mercadorias, levando em alguns casos ao seu esgotamento, e penalizando fortemente os comerciantes da ilha numa época tão importante como é a quadra natalícia”, frisou.

Num requerimento enviado à Assembleia Legislativa, o deputado do PSD/Açores quer explicações sobre as dificuldades da operação, “que terão acontecido em dois navios pertencentes a duas empresas diferentes, por avaria das gruas, o que requer um apuramento de causa”.

Assim Cláudio Lopes quer que o Governo Regional explique o sucedido “e diga como vai acatular o problema no futuro, pois a situação não é nova”, afirmou.

Povo Livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • DIRECTOR: VÍTOR CRESPO

Eurico de Melo ao «P.L.»

MOTA PINTO DEVE ASSUMIR EM PLENITUDE A LIDERANÇA DO PSD NO PRÓXIMO CONGRESSO NACIONAL

□ Eurico de Melo concedeu-nos uma extensa entrevista em que se pronuncia sobre os grandes temas da actualidade partidária e nacional. A necessidade da recuperação económica do País mereceu-lhe especial atenção, apontando uma série de objectivos e de acções que devemos defender na óptica social-democrata que desde sempre norteou o PSD.



PÁGINA 9

VI CONSELHO NACIONAL/83

CONVOCATÓRIA

Ao abrigo do disposto no artigo 25º dos Estatutos, convoco o Conselho Nacional para reunir nos próximos dias 17 e 18 de Setembro, com início às 15 horas, na Estalagem da Via-Norte no Porto, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Contas 1982.
2. Situação político-partidária.

Lisboa, 1 de Setembro de 1983.

O PRESIDENTE DA MESA

DECLARAÇÃO POLÍTICA DE MOTA PINTO

O primeiro vice-presidente do PSD e vice-primeiro-ministro Mota Pinto declarou à N.P. que existe uma «orquestrada especulação» em torno da posição do PSD em relação às eleições presidenciais.

«É prematura neste momento, a mais de dois anos da eleição presidencial, qualquer tomada de posição sobre esta maté-

ria. Aprendi que cada cuidado a seu tempo, e ainda não é o tempo desse cuidado» — afirmou Mota Pinto.

Para o primeiro vice-presidente do PSD, «na altura própria e nos órgãos competentes do PSD o assunto será tratado e decidido, tendo sempre em conta os interesses nacionais e a autonomia, especificidade e a personalida-

de vincada do partido social-democrata».

«Recuso-me a alimentar uma orquestrada especulação que sobre esse tema está em marcha para desviar a atenção e a concentração dos nossos esforços na tarefa prioritária do momento presente: governar com humildade, com serenidade e até com sacrifício, a bem da Democracia e do País» — finalizou Mota Pinto.

Governo debateu as grandes linhas de orientação para o sector agrícola

PÁGINA 2

CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES SOCIAIS-DEMOCRATAS

- **A importância da iniciativa**
- **Regulamento do Congresso**
- **Vamos participar**

PÁGINAS 4 e 5

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ABRANTES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Abrantes, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 25 de Janeiro de 2014 (sábado), pelas 16h00 na sede, sita na Rua de São Pedro, nº 22- 1º, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos

Ponto único – Eleição da Comissão Política de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 16h00 às 22h00

ÁGUEDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Águeda, para reunir no próximo dia 25 de Janeiro de 2014 (sábado), pelas 16h00 na sede, sita na Quinta dos Oliveiras, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos

1 – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

2 - Eleição da Comissão Política de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. A sede estará aberta, para o efeito, das 2100 às 24h00.

- As urnas estão abertas das 16h00 às 22h00

AMARES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Amares, para reunir, no próximo dia 25 de Janeiro de 2014 (sábado), pelas 16h00 na sede, sita na Rua Francisco Bernardo Sousa Monteiro, 36 - Ferreiros, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos

Ponto único – Eleição da Comissão Política de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 16h00 às 22h00

ALENQUER

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Alenquer, para reunir no próximo dia 25 de Janeiro de 2014 (sábado), pelas 16h00 na sede, sita na Av. dos Bombeiros Voluntários, nº 17-B – 1º, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos

Ponto único – Eleição dos órgãos da Secção

a) Mesa da Assembleia de Secção

b) Comissão Política de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa

substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 16h00 às 22h00

ALIJÓ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Alijó, para reunir no próximo dia 25 de Janeiro de 2014 (sábado), pelas 16h00 na sede, sita na Rua Costinha, nº 2 - E, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos

Ponto único – Eleição dos órgãos da Secção

c) Mesa da Assembleia de Secção

d) Comissão Política de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. A sede estará aberta, para o efeito, das 22h00 às 24h00.

- As urnas estão abertas das 16h00 às 22h00

AMARANTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Amarante para reunir no próximo dia 24 Janeiro de 2014 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede concelhia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 – Análise da situação política

2 - Recepção/validação das listas de candidatos a delegados ao Congresso do PSD (21, 22 e 23 Fevereiro, em Lisboa).

3 - Informações sobre as eleições de dia 25 Janeiro (directas para o Presidente do PSD e delegados ao Congresso).

4 – Outros assuntos.

AVEIRO / DISTRITAL

Ao abrigo dos Artigos 69.º, n.º 3, 70.º e 71.º dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais, todos os militantes do Distrito de AVEIRO dotados de capacidade eleitoral activa, conforme a respectiva Secção de inscrição em que militem, para reunirem nas Secções de Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Arouca, Aveiro, Castelo de Paiva, Espinho, Estarreja, Ílhavo, Mealhada, Murtosa, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Ovar, Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Sever do Vouga, Vagos e Vale de Cambra, no dia 25 de Janeiro de 2014 (Sábado), entre as 16 e as 22 horas, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia Distrital, da Comissão Permanente Distrital, do Conselho de Jurisdição Distrital, da Comissão Distrital de Auditoria Financeira e dos Delegados de Secção à Assembleia Distrital.

Notas:

- As listas de candidatura para os Órgãos Distritais a eleger directamente deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital, ou a quem o substitua, na Sede Distrital, em Aveiro, até às 23,00 horas do dia 22 de Janeiro de 2014, encontrando-se a referida Sede aberta para o efeito naquele dia, das 21,00 às 23,00 horas.

- As listas de candidatura dos Delegados de cada Secção deverão ser entregues aos respectivos Presidentes das Mesas das Assembleias de Secção, ou a quem os substitua, nos mesmos prazos referidos no número 2, devendo as respectivas Sedes Concelhias estar abertas, nos mesmos termos e para os mesmos efeitos.

- As urnas estarão abertas, em cada Secção, para a votação, das 16h00 e 22h00.

Votação e entrega de listas

Águeda - Sede do PSD, Rua Joaquim Francisco Oliveira, 13, Águeda

Albergaria-a-Velha - Sede do PSD, Rua Padre Matos, Edifício Amazonas, entrada 4, r/c Esq. A/B, Albergaria-a-Velha

Anadia - Sede do PSD, Alameda dos Bombeiros Voluntários, Edifício Complexo das Fontes, Bloco 1 -º Andar – Sala B, Anadia

Arouca - Edifício Sede dos Bombeiros Voluntários de Arouca, Alameda D. Domingos de Pinho Brandão, Arouca

Local de entrega de candidaturas a delegados: Rua Arnaldo Lhamas, Arouca

Aveiro - Sede do PSD, Av. Dr. Lourenço Peixinho, 177-1º, Aveiro

Castelo de Paiva -Local de Votação: Escola Secundária de Castelo de Paiva, Lugar de Gração – Sobrado, Castelo de Paiva

Local de entrega de candidaturas a delegados: Av. General Humberto Delgado, 92, Sobrado, Castelo de Paiva

Espinho - Sede do PSD, Rua 22, n.º 399, Espinho

Estarreja - Sede do PSD, Rua Jornal de Estarreja, 109, Estarreja

Ílhavo - Sede do PSD, Av. 25 de Abril, Ílhavo

Mealhada - Sede do PSD, Rua Capitão Cabral, nº 14, Mealhada

Murtosa - Sede do PSD, Praça Jaime Afreixo, n.º 6 A, Murtosa

Oliveira de Azeméis - Sede do PSD, Rua Soares Basto, 150-A, Oliveira de Azeméis

Oliveira do Bairro - Sede do PSD, Rua do Foral, 168-1º, Oliveira do Bairro

Ovar - Sede do PSD, Rua Ferreira de Castro, 84 -1º Esqº, Ovar

Santa Maria da Feira - Sede do PSD, Rua dos Descobrimientos, nº 18, Santa Maria da Feira

São João da Madeira - Sede do PSD, Centro Comercial Castilho, loja CG - Av. Dr. Renato Araújo

Sever do Vouga - Sede do PSD, Rua do Casal, Sever do Vouga

Vagos - Sede do PSD, Rua Cândido dos Reis, 440, r/c Dtº, Vagos

Vale de Cambra - Sede do PSD, Av. Camilo Tavares de Matos, 1º Dtº, Vale de Cambra

AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Aveiro, para reunir no próximo dia 25 de Janeiro de 2014 (sábado), pelas 16h00 na sede, sita na Av. Dr. Lourenço Peixinho, nº 117 – 1º, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos

Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. A sede estará aberta, para o efeito, das 22h00 às 24h00.

- As urnas estão abertas das 16h00 às 22h00

AZEITÃO / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo de Azeitão, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 25 de Janeiro de 2014 (sábado), pelas 16h00 na sede, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 23 – 1º Esq. Setúbal, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos

Ponto único – Eleição para a Comissão Política do Núcleo

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política do Núcleo, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede do Núcleo.

- As urnas estão abertas das 16h00 às 22h00

CALDAS DA RAINHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção das Caldas da Rainha, para reunir no próximo dia 25 de Janeiro, pelas 16H00, na Sede sita na Praça 5 de Outubro, 18 – R/c Dtº., com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estarão abertas das 16h00 até às 22h00.

CASTELO BRANCO / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Castelo Branco, para reunir, no próximo dia 10 de Janeiro de 2014, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede distrital, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Prestação de informações
- 2 - Análise da situação política
- 3 - Divulgação das iniciativas a concretizar no 1º trimestre de 2014

CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Castelo Branco, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 13 de Janeiro de 2014, (segunda-feira) pelas 21h00, na sede, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política

CINFÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Cinfães, para reunir no próximo dia 25 de Janeiro de 2014 (sábado), pelas 16h00 na Junta de Freguesia de Cinfães, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos

- 1 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
- 2 - Eleição da Comissão Política de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 16h00 às 22h00

FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Figueira Castelo Rodrigo, para reunir no próximo dia 25 de Janeiro de 2014, (sábado), pelas 16h00 horas, na Trav. Serpa Pinto, N.º 3, (junto à Casa da Cultura), com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Eleição dos Órgãos da Secção
- Comissão Política de Secção
- Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 16h00 às 22h00

FREIXO DE ESPADA À CINTA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Freixo de Espada à Cinta, para reunir no próximo dia 25 de Janeiro de 2014 (sábado), pelas 16h00 na sede, sita na Rua de S. Francisco, 3, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 16h00 às 22h00

GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção da Guarda, para reunir no próximo dia 25 de Janeiro de 2014, (sábado), pelas 16h00 horas, na Sede Distrital, sita na Rua Marquês de Pombal, n.º 3, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Eleição dos Órgãos da Secção
- Comissão Política de Secção
- Mesa da Assembleia de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 16h00 às 22h00

LOUSÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção da Lousã, para reunir no próximo dia 25 de Janeiro de 2014 (sábado), pelas 16h00 na sede, sita na Rua Dr. Pires de Carvalho, 54 r/c, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos

Ponto único - Eleição dos órgãos da Secção

- a) Mesa da Assembleia de Secção
- b) Comissão Política de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede da Distrital de Coimbra sita na Rua Lourenço Almeida Azevedo, 16, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 16h00 às 22h00

MEDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Meda, para reunir no próximo dia 25 de Janeiro de 2014, (sábado), pelas 16h00 horas, na Rua Dr. Reboredo 76 (junto ao mercado municipal), com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Eleição dos Órgãos da Secção
- Comissão Política de Secção
- Mesa da Assembleia de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 16h00 às 22h00

MOGADOURO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Mogadouro, para reunir no próximo dia 25 de Janeiro de 2014 (sábado), pelas 16h00, na sede sita na Av. Sabor, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Eleição dos órgãos de Secção:
- a) - Mesa da Assembleia de Secção;
- b) - Comissão Política de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 16h00 às 22h00

MONTEMOR-O-VELHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Montemor-o-Velho, para reunir no próximo dia 25 de Janeiro de 2014 (sábado), na sede, sita na Rua Dr. José Galvão, nº 106, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos

- 1 - Eleição dos órgãos da Secção
- a) - Mesa da Assembleia de Secção
- b) - Comissão Política de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 16h00 às 22h00

PAÇOS DE FERREIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Paços de Ferreira, a reunir no próximo dia 25 de Janeiro de 2014, (sábado), pelas 16h00 horas, na Sede, sita na Av. dos Templários, 309 Dt.º, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Eleição dos Órgãos da Secção
- Comissão Política de Secção
- Mesa da Assembleia de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política Distrital, na sede distrital do Porto, sita na Rua Guerra Junqueiro, 64, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 16h00 às 22h00

PAREDES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Paredes, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 18 de Janeiro de 2014 (sábado), pelas 15h00 na sede, sita na Rua 1º de Dezembro, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos

- 1 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
- 2 - Eleição da Comissão Política de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede da Secção, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 15h00 às 18h00

PESO DA REGUA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Peso da Régua, para reunir, no próximo dia 25 de Janeiro de 2014 (sábado), pelas 16h00 na sede, sita na Rua Maximiano de Lemos, Edf. Pombinhos, 2º piso Sala H, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos

Ponto único - Eleição dos órgãos da Secção

- a) - Comissão Política de Secção
- b) - Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 16h00 às 22h00

PÓVOA DE VARZIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção da Póvoa de Varzim, para reunir no próximo dia 25 de Janeiro de 2014, (sábado), pelas 16h00 horas, na Sede, sita na Praça do Almada, nº 7, escritório 1, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Eleição dos Órgãos da Secção
- a) - Mesa da Assembleia de Secção
- b) - Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 16h00 às 22h00

S. PEDRO DO SUL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de S. Pedro do Sul, para reunir no próximo dia 25 de Janeiro de 2014 (sábado), pelas 16h00 na sede, sita na Av. Sá Carneiro, Edifício Avenida cave, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política Distrital

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 16h00 às 22h00

SABUGAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção do Sabugal, para reunir no próximo dia 25 de Janeiro de 2014, (sábado), pelas 16H00 horas, na Sede, sita no Largo da Fonte, n.º 12, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Eleição dos Órgãos da Secção

- Comissão Política de Secção

- Mesa da Assembleia de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 16h00 às 22h00

SEIXAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção do Seixal para reunir no próximo dia 25 de Janeiro de 2014 (sábado), pelas 16h00, na sede sita na Rua do MFA, 11, Fogueteiro-Amora, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Eleição dos órgãos de Secção:

a) - Mesa da Assembleia de Secção;

b) - Comissão Política de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 16h00 às 22h00

SEIXAL

Ao abrigo dos Estatutos do PSD convoco a Assembleia de Secção do Seixal para reunir no próximo dia 25 de Janeiro de 2014 (sábado), pelas 15h00, na sede sita na Rua do MFA, 11, Fogueteiro-Amora, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1-Ratificação das contas de 2013;

2-Análise da situação política-partidária

SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Setúbal, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 25 de Janeiro de 2014 (sábado), pelas 16h00 na sede, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 23 -1º Esq., com a seguinte.

Ordem de Trabalhos

Ponto único – Eleição da Comissão Política de Secção e eleição da Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 16h00 às 22h00

TRANCOSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Trancoso, para reunir no próximo dia 25 de Janeiro de 2014, (sábado), pelas 16H00 horas, na Associação Cultural e Recreativa de Trancoso, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Eleição dos Órgãos da Secção

- Comissão Política de Secção

- Mesa da Assembleia de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem estatu-

tariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 16h00 às 22h00

VILA NOVA DE POIARES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Nova de Poiares, para reunir no próximo dia 25 de Janeiro de 2014 (sábado), pelas 16h00 na sede, sita na Av. Manuel Carvalho Coelho, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos

Ponto único – Eleição dos órgãos da Secção

a) Mesa da Assembleia de Secção

b) Comissão Política de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede da Distrital de Coimbra sita na Rua Lourenço Almeida Azevedo, 16, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 16h00 às 22h00

MAFRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Mafra, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 25 de Janeiro de 2014 (sábado), pelas 16h00 na sede, sita na Rua do Arvoredo, Bloco B - Ericeira, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos

1 – Eleição da Comissão Política de Secção

2 – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 16h00 às 22h00

MIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Mira, para reunir, no próximo dia 25 de Janeiro de 2014 (sábado), pelas 16h00 na sede, sita nas Galerias de Mira, Av. 25 de Abril, 1º, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos

1 – Eleição da Comissão Política de Secção

2 – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 16h00 às 22h00

MONDIM DE BASTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Mondim de Basto, para reunir, no próximo dia 25 de Janeiro de 2014 (sábado), pelas 16h00 no auditório da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos

1 – Eleição da Comissão Política de Secção

2 – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 16h00 às 22h00

SANTA COMBA DÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Santa Comba Dão, para reunir, no próximo dia 25 de Janeiro de 2014 (sábado), pelas 16h00 na sede, sita na Rua Gago Coutinho, nº 12 r/c, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos

Ponto único – Eleição da Comissão Política de Secção

e da Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política Distrital, na sede distrital sita na Rua do Inatel, 55 cave Esq., ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. A sede distrital estará aberta para o efeito das 21h00 às 24h00.

- As urnas estão abertas das 16h00 às 22h00

TORRES NOVAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Torres Novas, para reunir, no próximo dia 03 de Janeiro de 2014 (sexta-feira), pelas 21h00, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos

1 – Leitura discussão e votação da acta de Assembleia anterior

2 – Análise e discussão da situação política actual

TORRES NOVAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Torres Novas, para reunir, no próximo dia 25 de Janeiro de 2014 (sábado), pelas 16h00 na sede, sita na Rua do Conde, nº 38 – 1º, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos

Ponto único – Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 16h00 às 22h00

VOUZELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Vouzela, para reunir, no próximo dia 25 de Janeiro de 2014 (sábado), pelas 16h00 no Auditório 25 de Abril (Assembleia Municipal de Vouzela), com a seguinte.

Ordem de Trabalhos

Ponto único – Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política Distrital, na sede distrital sita na Rua do Inatel, 55 cave Esq., ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. A sede distrital estará aberta para o efeito das 21h00 às 24h00.

- As urnas estão abertas das 16h00 às 22h00



CONSELHO REGIONAL DE LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Regional da JSD de Leiria, para reunir no próximo dia 28 de Dezembro (sábado), pelas 15h00, na Sede do PSD de Peniche, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Análise da situação política;
- 2- Outros assuntos.

NÚCLEO DE QUARTEIRA

Ao abrigo dos estatutos nacionais e demais regulamentos aplicáveis da JSD, convoco a Assembleia de Núcleo residencial de Quarteira da JSD, Concelho de Loulé, para o dia 18 de Janeiro de 2013, pelas 11h00, na Sede do PSD/Quarteira, sito na Rua D. João V, Centro Comercial Miravila 8125-207, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política de Secção.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 11h00m e as 13 horas.

As listas candidatas deverão ser entregues até as 24

horas do dia 04 de Outubro na sede do PSD/Quarteira Rua D. João V, Centro Comercial Miravila 8125-207.

PAREDES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social-Democrata e regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da concelhia da Juventude Social-Democrata de Paredes para reunir no dia 18 de janeiro de 2014, pelas 15 horas, na sede do Partido Social Democrata e da Juventude Social-Democrata de Paredes, sita na Rua 1.º de Dezembro, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Concelhia da JSD Paredes

Notas:

As urnas estarão abertas das 15 horas às 18 horas.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Regional da JSD Porto, ou a quem estatutariamente o substitua, na sede concelhia do Partido Social Democrata e da Juventude Social-Democrata de Paredes, sita na Rua 1.º de Dezembro, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

PÓVOA DE VARZIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social-Democrata e regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da concelhia da Juventude Social-Democrata de Póvoa de Varzim para reunir no dia 25 de Janeiro de 2012, pelas 16 horas, na sede concelhia do Partido Social Democrata da Póvoa de Varzim, sita à Praça do Almada, n.º 7 – Esc.º 1, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Concelhia da JSD Póvoa de Varzim

Notas:

As urnas estarão abertas das 16 horas às 22 horas.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Regional da JSD Porto, ou a quem estatutariamente a substitua, na sede concelhia do Partido Social Democrata da Póvoa de Varzim, sita à Praça do Almada, n.º 7 – Esc.º 1, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

VALONGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social-Democrata e regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da concelhia da Juventude Social-Democrata de Valongo para reunir no dia 25 de Janeiro de 2012, pelas 16 horas, na sede concelhia da JSD Valongo, sita na Avenida Rodrigues de Freitas, 880 – Valongo, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Concelhia da JSD Valongo

Notas:

As urnas estarão abertas das 16 horas às 19 horas.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Regional da JSD Porto, ou a quem estatutariamente a substitua, na sede concelhia da JSD Valongo, sita na Avenida Rodrigues de Freitas, 880 – Valongo, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

Cronograma XXXV Congresso versão Aprovada pelo Conselho Nacional.pdf

ELEIÇÕES DIRETAS E XXXV CONGRESSO			
1	Marcação da eleição direta do Presidente da Comissão Política Nacional e do XXXV Congresso pelo Conselho Nacional	10-Dez-13	3ª feira
2	Envio às secções do rateio, regulamento e cronograma - XXXV Congresso - Publicação Povo Livre e site do PSD	até 18-dez-2013	4ª feira
3	Entrega das convocatórias eleitorais no Povo Livre	20-dez até 18h	6ª feira
4	Publicação das convocatórias eleitorais no Povo Livre e site do PSD	23-Dez-13	4ª feira
5	Data limite para os Presidentes de Mesa das Assembleias de Secção, onde funcionam mais do que uma mesa de voto, comunicarem ao CJN o número de mesas de voto.	10-Jan-14	6ª feira
6	Data limite para pagamento de quotas para inclusão nos Cadernos Eleitorais	15-Jan-14	4ª feira
7	Entrega das candidaturas a Presidente da CPN e propostas de estratégia global ao Presidente da Mesa do Congresso	17-jan-14 até 18h	6ª feira
8	Envio dos cadernos eleitorais aos Presidentes de Mesa das Assembleias de Secção e entrega da relação de votantes da eleição do Presidente da CPN às candidaturas em formato PDF	20-Jan-14	2ª feira
9	Publicação no Povo Livre e site, das candidaturas a Presidente CPN e propostas de estratégia global	22-jan-14. até 18h	4ª feira
10	Data limite para cada candidatura a Presidente da CPN, indicar ao CJN os seus representantes e suplentes em cada mesa de voto	23-Jan-14	5ª feira
11	Entrega aos Presidentes de Mesa das Assembleias de Secção das candidaturas a delegados ao XXXV Congresso	23-Jan-14	5ª feira
12	Eleição do Presidente do PSD e dos delegados ao XXXV Congresso	25-Jan-14	sáb.
13	2ª volta da eleição direta caso não se verifique maioria absoluta no 1º escrutínio	1-Fev-14	sáb.
14	Data para as secções das comunidades portuguesas no estrangeiro enviarem ao CJN a documentação respeitante à eleição do Presidente da CPN	27-Jan-14	2ª feira
15	Envio da documentação ao CJN, pelas secções das comunidades portuguesa,s em caso de 2ª volta	3-Fev-14	2ª feira
16	Publicação dos resultados da eleição do Presidente da CPN no Povo Livre e no site do PSD	29-Jan-14	4ª feira
17	Publicação dos resultados da 2ª volta da eleição do Presidente da CPN no Povo Livre e no site do PSD	5-Fev-14	4ª feira
18	Entrega das inscrições de delegados, participantes e observadores ao XXXV Congresso	07-fev-14 até 18h	6ª feira
19	Entrega das propostas temáticas	12-fev-14 até 18h	4ª feira
20	Substituições de delegados	14-fev-14 até 18h	6ª feira
21	Publicação da lista de delegados e propostas temáticas no Povo Livre e no site do PSD	19-Fev-14	4ª feira
22	XXXV CONGRESSO NACIONAL DO PSD	21, 22 e 23-fev-14	6ª, sáb. e dom.

REGULAMENTO DA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL E DO XXXV CONGRESSO NACIONAL

(aprovado no Conselho Nacional de 10 de dezembro de 2013)

CAPÍTULO I DA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL

Artigo 1º (Eleição do Presidente da CPN)

1. A eleição do Presidente da Comissão Política Nacional realiza-se no dia 25 de janeiro de 2014, entre as 16 e as 22 horas, e é convocada, em simultâneo, com a eleição dos delegados ao XXXV Congresso Nacional, nos termos do disposto no artigo 8º.

2. O Presidente da Comissão Política Nacional é eleito pelos militantes do Partido, com capacidade eleitoral ativa, por sufrágio universal, direto e secreto e com voto nominativo, não sendo aplicável a esta eleição o disposto no nº 4 do artigo 4º do Regulamento de Admissão e Transferência de Militantes.

3. O dia 15 de janeiro de 2014 é a data limite para pagamento de quotas para inclusão nos cadernos eleitorais e para as retificações de militantes que se encontrem inativos.

4. Os cadernos eleitorais são remetidos em formato PDF, pelos serviços centrais às secções, através das Comissões Políticas Distritais que os reenviam para os Presidentes de Mesa das Secções, em 20 de janeiro de 2014.

5. As candidaturas a Presidente da Comissão Política Nacional devem ser subscritas por um mínimo de 1500 militantes com capacidade eleitoral, só podendo cada militante subscrever uma única candidatura.

6. Todas as declarações de subscrição ou intenções de candidatura devem conter o nome, o número do cartão de cidadão ou do bilhete de identidade, o número de militante e a assinatura.

7. A apresentação de candidaturas a Presidente da CPN é acompanhada de uma proposta de estratégia global cuja apresentação é exclusiva destas.

As candidaturas deverão ser apresentadas quer em suporte informático (PDF) quer em papel.

8. Para a eleição do Presidente da Comissão Política Nacional, as candidaturas e as propostas de estratégia global devem ser entregues nos serviços centrais, sitos na Rua de São Caetano, nº 9, em Lisboa, endereçadas à Mesa do Congresso, até às 18 horas do dia 17 de janeiro de 2014, acompanhadas das assinaturas originais.

9. As eleições decorrem em cada uma das secções e são presididas pelo Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou por quem legalmente o possa substituir, devendo existir em cada mesa urna própria, exclusiva e identificada, da Eleição do Presidente da Comissão Política Nacional.

10. Os militantes em cuja área de residência não exista secção são informados, por comunicação do Secretário-Geral, da secção onde podem exercer o direito de voto nas eleições para Presidente da CPN.

11. O Presidente da Comissão Política Nacional é o candidato que obtiver a maioria absoluta dos votos validamente expressos.

12. Se nenhum candidato obtiver a maioria absoluta, haverá uma segunda volta no sábado seguinte, dia 1 de fevereiro, entre as 16 e as 22 horas mantendo-se válidos todos os procedimentos do primeiro escrutínio.

13. Após o ato eleitoral, é elaborada, pela Mesa, uma ata das operações de votação e do apuramento, a qual deve ser assinada pelo Presidente e pelos representantes indicados pelas candidaturas.

14. Os resultados são, de imediato, comunicados à Sede Nacional pelo Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, que faz entrega ao Conselho de Jurisdição Distrital do original das atas de apuramento dos resultados eleitorais e envia por fax ou e-mail cópia para a Sede Nacional.

Os cadernos eleitorais e os boletins de voto em envelopes fechados e rubricados

pela Mesa e pelos representantes das candidaturas serão igualmente entregues ao Conselho de Jurisdição Distrital.

15. O Conselho de Jurisdição Distrital deve emitir comprovativo da referida entrega, conservando em seu poder toda a documentação eleitoral mencionada no número anterior.

16. O extrato da ata de apuramento dos resultados da eleição para Presidente da Comissão Política Nacional é publicado no site do PSD e no Povo Livre no dia 29 de janeiro de 2014.

17. As secções nas comunidades portuguesas procedem nos mesmos termos referidos nos números anteriores, comunicando de imediato os resultados à Sede Nacional e fazendo o envio da documentação ali mencionada ao Conselho de Jurisdição Nacional, por correio registado, no dia 27 de janeiro ou 3 de fevereiro se ocorrer uma segunda volta.

18. Sempre que o elevado número de votantes o justifique, pode haver mais que uma mesa de voto no mesmo local, devendo, nesse caso, o Presidente da Mesa da Assembleia de Secção comunicar ao Conselho de Jurisdição Nacional, até às 18 horas do dia 22 de janeiro de 2014, o número de mesas de voto.

19. Para fiscalização do ato eleitoral, cada candidatura a Presidente da CPN deve indicar ao Conselho de Jurisdição Nacional, até às 18 horas do dia 23 de janeiro de 2014, os respetivos representantes e suplentes para cada secção de voto, tendo em consideração o disposto no número anterior.

20. As despesas efetuadas com as candidaturas são da exclusiva responsabilidade dos candidatos.

21. Os orçamentos de campanha deverão ser apresentados à Comissão Nacional de Auditoria Financeira (CNAF) no ato de formalização das candidaturas (17-jan-14).

22. As contas de campanha de cada candidatura deverão ser entregues na Sede Nacional do PSD, dirigidas ao Presidente da CNAF até ao trigésimo dia posterior ao encerramento do XXXV Congresso.

Artigo 2º (Fiscalização e organização da eleição)

1. O Conselho de Jurisdição Nacional assegura a transparência, garante a imparcialidade e fiscaliza a regularidade do processo eleitoral.

2. A organização da eleição do Presidente da Comissão Política Nacional é acompanhada por uma Comissão Eleitoral, constituída pelo Secretário-Geral e por um representante de cada candidatura a Presidente da CPN.

3. A Comissão Eleitoral fornece, em suporte informático, a cada um dos candidatos à Presidência da CPN, toda a informação sobre os militantes do Partido, sem prejuízo dos limites decorrentes das leis aplicadas à Proteção de Dados.

4. A informação relativa ao número anterior será entregue mediante a formalização da candidatura ou a apresentação da intenção de candidatura, subscrita por mínimo de 300 militantes com capacidade eleitoral ativa.

CAPÍTULO II DO XXXV CONGRESSO NACIONAL

Artigo 3º (Data e ordem de trabalhos)

O XXXV Congresso Nacional do Partido Social Democrata reúne, em sessão ordinária, nos dias 21, 22 e 23 de fevereiro de 2014, no distrito de Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1	Apresentação da proposta de estratégia global
Ponto 2	Apresentação das propostas temáticas
Ponto 3	Discussão das propostas de estratégia global e temáticas

- Ponto 4 Votação das moções de estratégia global e temáticas
Ponto 5 Eleição dos órgãos nacionais

Artigo 4º (Organização dos trabalhos)

Os trabalhos decorrem de acordo com o seguinte programa:

Sexta-feira, 21 de fevereiro

15h00 – Início da credenciação
21h00 – Início do congresso - Apresentação da proposta de estratégia global
Apresentação das propostas temáticas

Sábado, 22 de fevereiro

Continuação da apresentação das propostas temáticas.
Discussão das propostas
20h00 - Fim do prazo de entrega das candidaturas aos órgãos nacionais

No fim das intervenções – votação das propostas

Domingo, 23 de fevereiro

09h00 / 11h00 – Eleição dos órgãos nacionais
13h00 – Sessão de Encerramento

1. A distribuição dos tempos de intervenção processa-se da seguinte forma:

a) O Presidente da Comissão Política Nacional, ou alguém por ele designado, usará da palavra sem limite de tempo, no início do debate, para apresentação da proposta de estratégia global, bem como no encerramento dos trabalhos e quando o solicitar ao Presidente da Mesa;

b) Na discussão das propostas podem ainda intervir:

- i) O autor ou o primeiro subscritor de cada proposta temática dispõe de 10 minutos;
- ii) Os Presidentes das Comissões Políticas Regionais dispõem de 7 minutos;
- iii) Os Presidentes das Comissões Políticas Distritais e os líderes das Organizações Especiais dispõem de 5 minutos;
- iv) Aos restantes oradores será atribuído o tempo que resultar da divisão do tempo disponível pelos inscritos, não podendo exceder 3 minutos a nível individual;

c) É permitida a cedência de tempo entre os oradores inscritos, com o limite máximo de duas cedências;

d) A Mesa do Congresso determina as interrupções para almoço e jantar.

Artigo 5º (Delegados do PSD)

1. Os 750 delegados a eleger são distribuídos pelo Continente, Regiões Autónomas e Comunidades Portuguesas.

2. São atribuídos 18 delegados ao círculo das Comunidades Portuguesas, 30 à Região Autónoma dos Açores, 30 à Região Autónoma da Madeira e um Delegado a cada Secção do Continente com mais de 40 militantes inscritos ou com órgãos eleitos.

3. Os restantes delegados são distribuídos pelas secções do Continente rateados proporcionalmente pelos militantes ativos com quotas pagas.

4. O rateio do total dos delegados de cada uma das Regiões Autónomas pelas respetivas estruturas é determinado pelas Comissões Políticas Regionais competentes.

5. O rateio do total dos delegados das comunidades portuguesas pelas respetivas estruturas é determinado pelo secretariado para as Comunidades Portuguesas.

Artigo 6º (Delegados das organizações especiais)

Os 70 delegados a eleger pela JSD, os 70 delegados a eleger pelos TSD e os 70 delegados a eleger pela ASD são rateados, de acordo com os critérios definidos pelos órgãos nacionais competentes de cada uma daquelas organizações.

Artigo 7º (Delegados por inerência)

São delegados ao Congresso, por inerência, os membros da Mesa do Congresso.

Artigo 8º (Assembleia de Secção)

1. A Eleição dos delegados do PSD do Continente, Regiões Autónomas e das Comunidades Portuguesas, com exceção dos delegados a eleger pelas organizações especiais, realiza-se em simultâneo com a do Presidente da Comissão Política Nacional, no dia 25 de janeiro de 2014, entre as 16 horas e as 22 horas locais, devendo as convocatórias das respetivas Assembleias de Secção ser entregues nos serviços centrais até às 18h00 do dia 20 de dezembro de 2013, para efeitos de publicação no “Povo Livre” de 23 de dezembro de 2013.

2. Os serviços centrais remetem às Secções, em 20 de dezembro de 2013, o regulamento do Congresso, o respetivo cronograma e o rateio dos delegados referentes a cada Secção, sendo os cadernos eleitorais remetidos às mesmas Secções em 20 de janeiro de 2014.

3. Para a eleição dos delegados do PSD, os militantes candidatam-se através da apresentação de listas, que devem ser entregues à Mesa da Assembleia de Secção, até às 24 horas do dia 23 de janeiro de 2014.

4. As candidaturas são apresentadas por listas completas, propostas por 20 militantes ou 1/20 dos membros do órgão competente para a eleição, de acordo com o Caderno Eleitoral.

5. Não é permitida a aceitação de candidaturas do mesmo militante, em mais de uma lista, para o mesmo órgão.

6. Em qualquer dos atos eleitorais, só podem votar e ser eleitos os militantes que tenham as quotas em dia à data de 15 de janeiro, podendo o pagamento ser efetuado através de qualquer dos meios previstos no Regulamento de Quotas e estejam inscritos, respetivamente, há pelo menos seis meses (para eleger) ou um ano (para serem elegíveis) e no pleno exercício dos seus direitos.

7. O pagamento na tesouraria da sede nacional pode ser efetuado até às 18 horas do dia 15 de janeiro de 2014.

8. O apuramento dos delegados é feito segundo o método de representação proporcional de Hondt.

9. Em caso omissio, reporta-se para o Regulamento Eleitoral, Estatutos ou para a lei geral em vigor.

Artigo 9º (Participantes)

São Participantes no congresso, sem direito a voto, os membros dos órgãos nacionais, os membros do Governo, os deputados à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu, o primeiro militante eleito em cada Câmara Municipal, os militantes que sejam membros da Comissão Europeia, o Diretor do “Povo Livre”, o Presidente da Comissão de Relações Internacionais, o Diretor do Gabinete de Estudos Nacional e os Secretários-Gerais Adjuntos.

Artigo 10º (Observadores e convidados)

Podem assistir ao Congresso os observadores e convidados pela Comissão Política Nacional devendo esta ratear os observadores pelas Comissões Políticas Regionais e de Secção, pela JSD, TSD, ASD e pela Emigração em função do número de lugares disponíveis.

Artigo 11º (Inscrição dos delegados, participantes e observadores)

1. A inscrição de todos os delegados, participantes e observadores processa-se mediante a remessa ao Secretário-Geral dos boletins de inscrição próprios, autenticados pelos órgãos competentes, os quais devem dar entrada na Sede Nacional até às 18 horas do dia 7 de fevereiro de 2014.

2. Tal inscrição é acompanhada pela quantia de 25 Euros para os delegados e participantes e de 10 Euros para os observadores, a remeter em anexo ao boletim.

3. Estão isentos do pagamento, os representantes das estruturas fora do Continente e da JSD, desde que não ocupem cargos políticos remunerados.

4. As listas provisórias de delegados e participantes são publicadas no “Povo Livre”.

5. As listas definitivas de delegados e participantes são publicadas no “Povo Livre” e no site do PSD no dia 19 de fevereiro de 2014.

Artigo 12º (Substituições)

Depois de recebidas as inscrições dos delegados só são permitidas substituições que deem entrada nos serviços centrais até às 18h00 do dia 14 de fevereiro de 2014.

Artigo 13º (Subscrição e entrega das propostas temáticas)

1. As propostas temáticas deverão ser entregues nos serviços centrais, endereçadas ao Presidente da Mesa do Congresso, até às 18 horas do dia 12 de fevereiro de 2014, em versão impressa e em suporte informático, para divulgação no site do PSD.

2. As propostas temáticas podem ser subscritas pelas Comissões Políticas Nacionais do PSD, da JSD e dos ASD, pelas Comissões Políticas Regionais, pelas Assembleias Distritais, pelo Secretariado Nacional dos TSD, por cinco Secções das Comunidades Portuguesas, por mil e quinhentos militantes no pleno exercício dos seus direitos ou por 50 delegados ao Congresso.

3. Cada Assembleia Distrital só pode subscrever uma proposta temática.

4. Cada congressista só pode subscrever uma proposta temática.

5. Durante os trabalhos do Congresso podem ser admitidas propostas que visem a conciliação de outras anteriormente admitidas, desde que o 1º subscritor de cada uma destas a retire e subscreva aquelas.

6. Ao 1º subscritor de cada proposta temática, a quem incumbe representar os restantes, é permitida a aceitação de sugestões visando modificar a sua redação.

7. Caso existam várias propostas temáticas versando o mesmo tema é aprovada aquela que recolher maior número de votos favoráveis.

Artigo 14º (Eleição da Comissão Política Nacional)

Só pode apresentar lista para a Comissão Política Nacional o Presidente da Comissão Política eleito.

Artigo 15º (Eleição dos restantes Órgãos Nacionais)

1. As listas para a Mesa do Congresso, Conselho Nacional, Conselho de Jurisdição Nacional e Comissão Nacional de Auditoria Financeira são entregues na Mesa do Congresso até às 20h00 de sábado, dia 22 de Fevereiro de 2014, devendo ser subscritas por 25 delegados e acompanhadas de declaração de aceitação dos candidatos.

2. Os militantes integrantes das listas referidas no número anterior têm de encontrar-se na posse de capacidade eleitoral passiva.

Artigo 16º (Comunicação Social)

Podem assistir aos trabalhos do congresso representantes dos órgãos de comunicação social devidamente credenciados pelos serviços centrais.

CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 17º (Voto antecipado)

1. Os Membros do Conselho de Jurisdição Nacional, o Secretário-Geral, os Secretários-Gerais Adjuntos do PSD, bem como os funcionários da sede nacional, podem votar antecipadamente na eleição do Presidente da CPN e dos delegados ao XXXV Congresso do PSD.

2. O voto antecipado é entregue, dobrado e em envelope fechado, até ao início da votação, ao Presidente da Mesa de Voto ou seu substituto legal, na Secção onde o militante está inscrito.

3. O Presidente da Mesa informa os restantes membros dos votos antecipados que lhe tenham sido entregues, devendo estes, no início da votação, ser depositados na urna respetiva na presença dos membros da Mesa.

4. Em todo o processo deve respeitar-se a natureza secreta do escrutínio.

Artigo 18º (Normas subsidiárias)

Os casos omissos são integrados por aplicação do Regulamento Eleitoral, dos Estatutos ou da Lei Geral em vigor.

RATEIO DE DELEGADOS E OBSERVADORES PARA O XXXV CONGRESSO NACIONAL

	Deleg.	Observ.		Deleg.	Observ.		Deleg.	Observ.
Aveiro	53	72	Castelo Branco	16	27	Guarda	18	32
Águeda	2	3	Belmonte	1	2	Aguiar da Beira	1	2
Albergaria-a-Velha	2	3	Castelo Branco	3	4	Almeida	1	2
Anadia	3	4	Covilhã	2	3	Celorico da Beira	3	4
Arouca	2	3	Fundão	2	3	Figueira Castelo Rodrigo	1	2
Aveiro	8	9	Idanha-a-Nova	1	2	Fornos de Algodres	1	2
Castelo de Paiva	2	3	Oleiros	1	2	Gouveia	1	2
Espinho	2	3	Penamacor	1	2	Guarda	2	3
Estarreja	2	3	Proença-a-Nova	1	2	Manteigas	1	2
Ílhavo	2	3	Sertã	2	3	Meda	1	2
Mealhada	2	3	Vila de Rei	2	3	Pinhel	1	2
Murtosa	2	3	Vila Velha de Ródão	0	1	Sabugal	1	2
Oliveira de Azeméis	6	7				Seia	2	3
Oliveira do Bairro	2	3	Coimbra	34	51	Trancoso	1	2
Ovar	2	3	Arganil	2	3	Vila Nova de Foz Côa	1	2
São João da Madeira	3	4	Cantanhede	1	2			
Sever do Vouga	1	2	Coimbra	10	11	Leiria	44	60
Vagos	2	3	Condeixa-a-Nova	2	3	Alcobaça	2	3
Vale de Cambra	2	3	Figueira da Foz	2	3	Alvaiázere	2	3
Santa Maria da Feira	6	7	Góis	1	2	Ansião	3	4
			Lousã	1	2	Batalha	2	3
Beja	8	22	Mira	2	3	Bombarral	2	3
Aljustrel	0	1	Miranda do Corvo	1	2	Caldas da Rainha	13	14
Almodôvar	2	3	Montemor-o-Velho	1	2	Castanheira de Pêra	1	2
Alvito	1	2	Oliveira do Hospital	2	3	Figueiró dos Vinhos	1	2
Barrancos	0	1	Pampilhosa da Serra	2	3	Leiria	7	8
Beja	2	3	Penacova	2	3	Marinha Grande	2	3
Castro Verde	0	1	Penela	1	2	Nazaré	1	2
Cuba	0	1	Soure	1	2	Óbidos	1	2
Ferreira do Alentejo	0	1	Tábua	1	2	Pedrógão Grande	1	2
Mértola	0	1	Vila Nova de Poiares	2	3	Peniche	2	3
Moura	1	2				Pombal	3	4
Odemira	1	2	Évora	9	23	Porto de Mós	1	2
Ourique	1	2	Alandroal	1	2			
Serpa	0	1	Arraiolos	0	1	Lisboa AM	102	112
Vidigueira	0	1	Borba	1	2	Azambuja	2	3
			Estremoz	1	2	Cascais	10	11
Braga	47	61	Évora	2	3	Lisboa	37	38
Amares	1	2	Montemor-o-Novo	1	2	Loures	6	7
Barcelos	6	7	Mora	0	1	Mafra	4	5
Braga	8	9	Mourão	0	1	Oeiras	16	17
Cabeceiras de Basto	2	3	Portel	0	1	Sintra	10	11
Celorico de Basto	2	3	Redondo	0	1	Vila Franca de Xira	4	5
Esposende	2	3	Reguengos de Monsaraz	1	2	Amadora	6	7
Fafe	1	2	Vendas Novas	1	2	Odivelas	7	8
Guimarães	3	4	Viana do Alentejo	0	1			
Póvoa de Lanhoso	2	3	Vila Viçosa	1	2	Portalegre	14	29
Terras de Bouro	1	2				Alter do Chão	1	2
Vieira do Minho	1	2	Faro	27	43	Arronches	1	2
Vila Nova de Famalicão	15	16	Albufeira	2	3	Avis	1	2
Vila Verde	2	3	Alcoutim	1	2	Campo Maior	1	2
Vizela	1	2	Aljezur	1	2	Castelo de Vide	1	2
			São Brás de Alportel	1	2	Crato	1	2
Bragança	34	57	Castro Marim	1	2	Elvas	1	2
Alfândega da Fé	1	2	Faro	3	4	Fronteira	1	2
Bragança	4	5	Lagoa	2	3	Gavião	0	1
Carrazeda de Ansiães	1	2	Lagos	3	4	Marvão	1	2
Freixo de Espada à Cinta	1	2	Loulé	4	5	Monforte	0	1
Macedo de Cavaleiros	2	3	Monchique	1	2	Nisa	1	2
Miranda do Douro	1	2	Olhão	1	2	Ponte de Sor	1	2
Mirandela	2	3	Portimão	2	3	Portalegre	2	3
Mogadouro	2	3	Silves	1	2	Sousel	1	2
Torre de Moncorvo	1	2	Tavira	1	2			
Vila Flor	1	2	Vila do Bispo	1	2			
Vimioso	1	2	Vila Real Santo António	2	3			
Vinhais	1	2						

	Deleg.	Observ.		Deleg.	Observ.
Porto	125	143	Montalegre	1	2
Amarante	3	4	Murça	2	3
Baião	1	2	Peso da Régua	1	2
Felgueiras	5	6	Ribeira de Pena	1	2
Gondomar	7	8	Sabrosa	1	2
Lousada	6	7	Santa Marta de Penaguião	1	2
Maia	8	9	Valpaços	5	6
Marco de Canaveses	10	11	Vila Pouca de Aguiar	7	8
Matosinhos	4	5	Vila Real	4	5
Paços de Ferreira	2	3	Viseu	34	58
Paredes	4	5	Armamar	1	2
Penafiel	5	6	Carregal do Sal	1	2
Porto	18	19	Castro Daire	1	2
Póvoa de Varzim	4	5	Cinfães	1	2
Santo Tirso	4	5	Lamego	3	4
Valongo	6	7	Mangualde	1	2
Vila do Conde	11	12	Moimenta da Beira	1	2
Vila Nova de Gaia	24	25	Mortágua	1	2
Trofa	3	4	Nelas	1	2
Santarém	30	51	Oliveira de Frades	2	3
Abrantes	2	3	Penalva do Castelo	1	2
Alcanena	1	2	Penedono	0	1
Almeirim	1	2	Resende	2	3
Alpiarça	0	1	Santa Comba Dão	1	2
Benavente	2	3	Sátão	2	3
Cartaxo	1	2	Sernancelhe	2	3
Chamusca	1	2	São João da Pesqueira	1	2
Constância	0	1	São Pedro do Sul	2	3
Coruche	1	2	Tabuaço	1	2
Entroncamento	2	3	Tarouca	1	2
Ferreira do Zêzere	1	2	Tondela	2	3
Golegã	1	2	Vila Nova de Paiva	1	2
Mação	1	2	Viseu	4	5
Rio Maior	2	3	Vouzela	1	2
Salvaterra de Magos	1	2	Lisboa AO	9	15
Santarém	4	5	Alenquer	1	2
Sardoal	1	2	Arruda dos Vinhos	1	2
Tomar	2	3	Cadaval	2	3
Torres Novas	2	3	Lourinhã	2	3
Vila Nova da Barquinha	1	2	Sobral de Monte Agraço	1	2
Vila Nova de Ourém	3	4	Torres Vedras	2	3
Setúbal	23	36	Açores	30	30
Alcácer do Sal	0	1	Madeira	30	30
Alcochete	1	2	Europa	9	9
Almada	3	4	Alemanha	1	1
Barreiro	3	4	Bruxelas	1	1
Grândola	1	2	Espanha	1	1
Moita	1	2	Estrasburgo	1	1
Montijo	3	4	Luxemburgo	1	1
Palmela	2	3	Lyon	1	1
Santiago do Cacém	1	2	Paris	1	1
Seixal	2	3	Reino Unido	1	1
Sesimbra	2	3	Suíça	1	1
Setúbal	3	4	Fora da Europa	9	9
Sines	1	2	África do Sul	1	1
Viana do Castelo	23	33	Estados Unidos	1	1
Arcos de Valdevez	4	5	Macau	1	1
Caminha	2	3	Rio de Janeiro	2	2
Melgaço	1	2	Santos	1	1
Monção	2	3	São Paulo	2	2
Paredes de Coura	1	2	Toronto	1	1
Ponte da Barca	2	3	JSD	70	70
Ponte de Lima	2	3	TSD	70	70
Valença	2	3	ASD	70	70
Viana do Castelo	6	7			
Vila Nova de Cerveira	1	2			
Vila Real	38	52			
Alijó	2	3			
Boticas	7	8			
Chaves	4	5			
Mesão Frio	1	2			
Mondim de Basto	1	2			